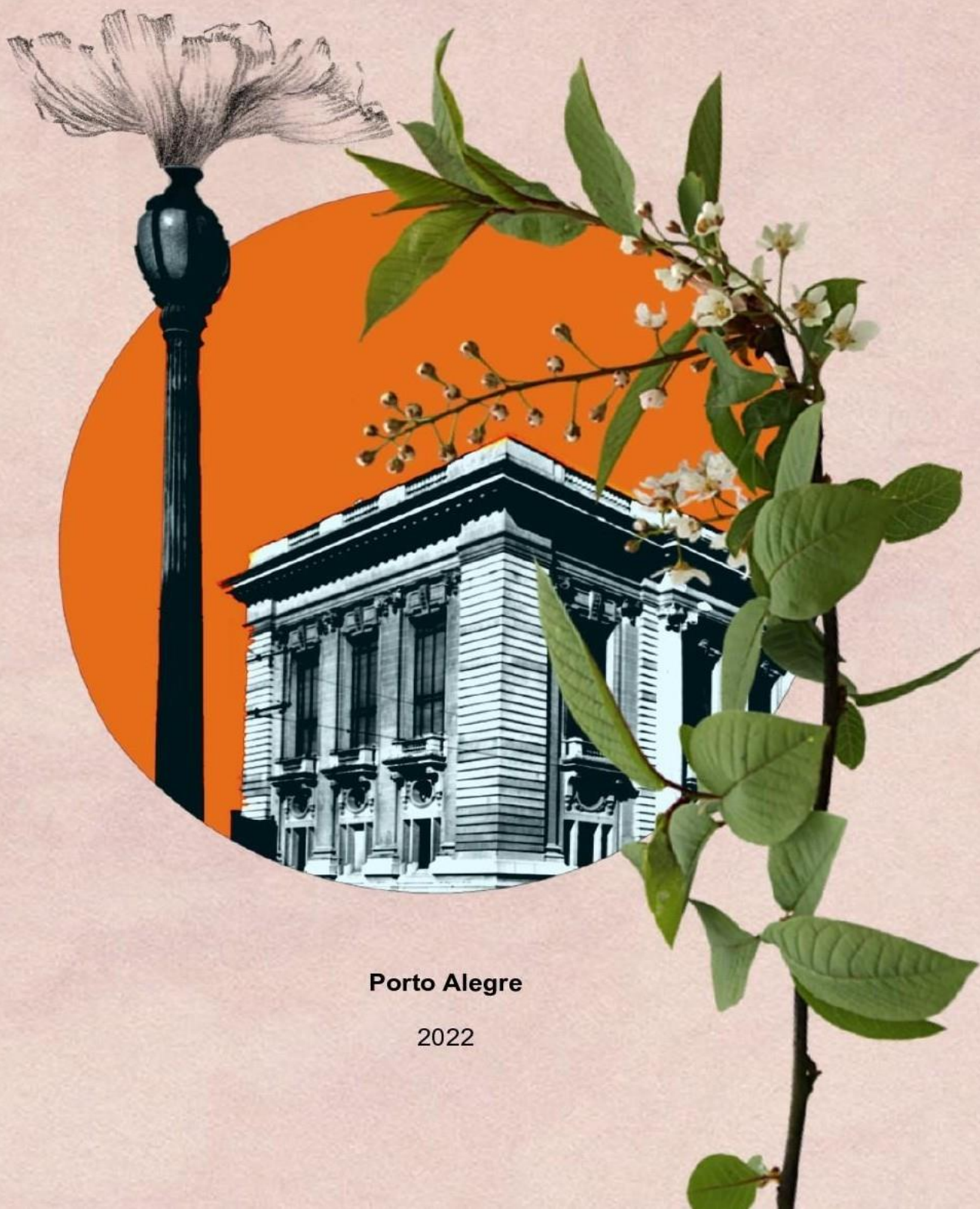


DANIELA DO AMARAL DA SILVA

FRAGMENTOS DE UM PATRIMONIO:
O DESVANECER DOS JARDINS HISTORICOS DO PALÁCIO PIRATINI
PORTO ALEGRE, RS



Porto Alegre

2022

DANIELA DO AMARAL DA SILVA

FRAGMENTOS DE UM PATRIMÔNIO:
O DESVANECER DOS JARDINS HISTÓRICOS DO PALÁCIO
PIRATINI,
PORTO ALEGRE, RS

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr.^a Luisa Gertrudis Durán Rocca.

Porto Alegre

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões

Patrícia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Ana Maria de Moura

Vera Regina Schmitz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Samile Andréa de Souza Vanz

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
E PATRIMÔNIO**

Fernanda Carvalho de Albuquerque

Ana Carolina Gelmini de Faria

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Daniela do Amaral da
Fragmentos de um patrimônio: o desvanecer dos
Jardins Históricos do Palácio Piratini / Daniela do
Amaral da Silva. -- 2022.
120 f.
Orientador: Luísa Gertrudis Rocca Durán.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Museologia. 2. Jardins Históricos. 3. Palácio
Piratini. 4. Patrimônio cultural. 5. Musealização da
natureza. I. Durán, Luísa Gertrudis Rocca, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Bairro Santana
Porto Alegre - RS
Telefone (51) 33085067
E-mail: fabico@ufrgs.br

DANIELA DO AMARAL DA SILVA

**FRAGMENTOS DE UM PATRIMÔNIO:
O DESVANECER DOS JARDINS HISTÓRICOS DO PALÁCIO
PIRATINI,
PORTO ALEGRE, RS**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ___ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Rosa de Oliveira, Pesquisadora do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Gelmini de Faria, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Dalla Zen, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr.^a Luisa Gertrudis Durán Rocca, Orientadora, Museologia e Patrimônio, FABICO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Dedico esse trabalho para meu pai, que
me ensinou a respeitar a natureza e à
minha madrasta, a pessoa mais feliz que
conheci.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do incentivo de várias pessoas. Entre elas, amigos, familiares, colegas de trabalho e, principalmente, do meu amado companheiro, Jandir Miguel Hickmann.

Agradeço à minha orientadora Luisa Rocca, que me mostrou outros olhares patrimoniais. Aos colegas do curso que se tornaram amigos, em especial Kauã Oliveira, Ismael Bernini e Daiane Moraes, cujo convívio, mesmo que virtual nos últimos anos, foi fundamental para a realização dessa pesquisa.

Agradeço à Coordenação e aos professores do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo apoio e compreensão durante todo o tempo em que realizei o mestrado.

Agradeço também à arquiteta Maria Clara Bassin, integrante da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini, por compartilhar documentos e o interesse em preservar os Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Realizar uma pesquisa em plena pandemia mundial só foi possível porque encontramos pessoas excepcionais em nosso caminho. Deixo aqui um agradecimento especial para Joseane Maria Goés Lima, a Josi do PPGMUSPA, pelo imenso carinho e incentivos que me deu para a conclusão deste trabalho.

O que foi um jardim em sua origem? As seis horas da manhã, não é o mesmo de após meio-dia. É uma coisa no inverno, outra na primavera. Um jardim é e continuará sendo uma obra incompleta, inacabada, para sempre inacabada, sempre a se refazer, a se reconstituir. Assim que se termina a tarefa de fazer um jardim, dá-se início a seu processo de constante e incessante transformação.

Carlos Fernando de Moura Delphim

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a valorizar os Jardins Históricos do Palácio Piratini como um patrimônio cultural para torná-los relevantes aos gestores do Palácio Piratini e às instituições que o tombaram em âmbito nacional e estadual. O Palácio Piratini é a sede executiva do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e está situado no centro histórico da cidade de Porto Alegre. A sua edificação é considerada uma das mais significativas da cidade, por seus valores histórico, artístico e documental. Nele se encontra um inventário com informações sobre a origem de seus diversos acervos. Porém não há qualquer registro sobre os seus Jardins, a escolha das espécies vegetais, o traçado dos canteiros, a instalação das esculturas, entre outros dados. A falta de documentação a respeito de sua implantação constitui uma lacuna sobre as transformações que aconteceram no decorrer de mais de um século. Assim, essa pesquisa, de abordagem qualitativa, sob a forma de um estudo de caso, se deu através de um percurso metodológico que envolveu a análise documental, acompanhada de uma pesquisa bibliográfica em torno de publicações relacionadas ao Palácio Piratini e aos jardins históricos. No que se refere à fundamentação teórica, foram essenciais para a conceituação de Jardim Histórico as Cartas patrimoniais de Atenas, Veneza, Florença e Juiz de Fora. Para interpretar os Jardins Históricos do Palácio Piratini recorremos à teoria de restauro de Cesare Brandi e à definição do Espírito do Lugar, além dos conceitos da área da Museologia como museália, musealidade e musealização. Destaca-se que os jardins estão presentes em diversas culturas, são planejados com finalidades distintas que vão desde a exaltação do poder econômico e político de seu proprietário, até a proteção, deleite, meditação, dentre outras motivações. Trata-se de intervenções na natureza a céu aberto, construídas em um determinado tempo e que, no decorrer de suas histórias, podem ser modificadas conforme a cultura e valores de cada local. São obras obra de arte arquitetônica, monumentos históricos e artísticos, documentos vivos, passíveis de serem musealizados *in situ*. Eles podem ser considerados acervos museológicos, catalogados, pesquisados e comunicados para o público. Conclui-se que a importância desses espaços verdes e com potencial museológico na conjuntura atual, vai além das questões patrimoniais, pois se refere ao respeito à natureza e ao homem, que é parte dela.

PALAVRAS-CHAVE:

Museologia e Patrimônio. Jardins Históricos. Palácio Piratini. Musealidade.
Museália. Musealização de jardins.

ABSTRACT

This research has proposed to value the Historical Gardens of the Piratini Palace as a cultural heritage to make them relevant to the managers of the Piratini Palace and to the institutions that made it part of the historic heritage at the national and state level. The Piratini Palace is the executive office of the Government of the State of Rio Grande do Sul and is located in the historic center of the city of Porto Alegre. Its building is considered one of the most significant in the city, for its historical, artistic, and documentary value. It contains an inventory with information about the origin of its various collections. However, there is no record of its Gardens, the choice of plant species, the layout of the flower beds, the installation of sculptures, among other data. The lack of documentation regarding its implementation constitutes a gap in the transformations that have happened over more than a century. Thus, this research, with a qualitative approach, in the form of a case study, took place through a methodological path that involved the documentary analysis, accompanied by a bibliographic research around publications related to the Piratini Palace and historical gardens. With regard to theoretical reasoning, the Athens, Venice, Florence and Juiz de Fora Patrimony Charts were essential for the conceptualization of the Historical Garden. To interpret the Historical Gardens of the Piratini Palace we use Cesare Brandi's theory of restoration and the definition of the Spirit of the Place, in addition to the concepts of the area of Museology such as musealia, museality and musealization. It is noteworthy that the gardens are present in various cultures, are planned with different purposes ranging from the exaltation of the economic and political power of its owner, to protection, delight, meditation, among other motivations. These are interventions in the open-air nature, built in a certain time and that, in the course of their histories, can be modified according to the culture and values of each place. They are works of architectural art, historical and artistic monuments, living documents, which can be musealized *in situ*. They can be considered museum collections, cataloged, researched, and communicated to the public. In conclusion, the importance of these green spaces with museological potential in the current conjuncture goes beyond the heritage issues, because it refers to respect for nature and man, which is part of it.

KEYWORDS:

Museology and Heritage. Historic Gardens. Piratini Palace. Museality. Musealia. Garden Musealization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Palácio Piratini	16
Figura 2 Acervo do Palácio Piratini	18
Figura 3 Área atual ocupada pelo Palácio Piratini	27
Figura 4 Antiga Praça da Matriz com o Palácio do Governo	29
Figura 5 Palácio de Barro	30
Figura 6 Projeto de Álvaro Nunes Pereira – não edificado	31
Figura 7 Projeto de Alfonse Dinis Herbert – não edificado	32
Figura 8 Projeto vencedor de Augustin Rey – não edificado	34
Figura 9 Esboço dos Jardins e da Praça da Matriz por Augustin Rey	34
Figura 10 Projeto de Maurice Gras para o Palácio do Governo	35
Figura 11 Projeto de Atílio Trebi	36
Figura 12 Projeto de Maurice Gras com os Jardins do Palácio	38
Figura 13 Construção do Palácio 1910	39
Figura 14 Construção do Palácio 1912	39
Figura 15 Círculo vermelho ao redor do Transporte dos Lanchões de 1916 ..	40
Figura 16 Ausência dos Jardins Históricos	41
Figura 17 Projeto Maurice Gras com vista da rua Fernando Machado	42
Figura 18 Casa Civil do Estado do RS e Memorial Legislativo do RS	43
Figura 19 Gradil do Palácio Piratini	44
Figura 20 Círculo vermelho ao redor do Colégio Paula Soares	44
Figura 21 Escadaria da rua São Sebastião	45

Figura 22 Pintura do teto do Salão Negrinho do Pastoreio	46
Figura 23 Vista aérea parcial dos Jardins do Palácio Piratini	49
Figura 24 Planta geral do Palácio Piratini	51
Figura 25 Palácio Piratini	52
Figura 26 Colunas gregas	53
Figura 27 Petit Trianon	54
Figura 28 Fachada frontal do Palácio Piratini	55
Figura 29 Janelas ovaladas	56
Figura 30 Escultura da Agricultura e da Indústria	57
Figura 31 Primeiro patamar	58
Figura 32 Magnólia no pátio de guarda	59
Figura 33 Placa de identificação da Magnólia	59
Figura 34 Pátio interno	60
Figura 35 Escultura da Primavera	61
Figura 36 Escultura a Primavera e canteiro em sua base	61
Figura 37 Modificações do canteiro	61
Figura 38 Limpeza da escultura a Primavera	62
Figura 39 Vista do terraço da Ala Governamental	63
Figura 40 Canteiro central em 2012	64
Figura 41 Canteiro central em 2013	64
Figura 42 Corte longitudinal do terreno de Maurice Gras	64
Figura 43 Vista de cima da escadaria	65
Figura 44 Vista de baixo da escadaria	65

Figura 45 Guardacopos com balaustradas em cimento	66
Figura 46 Segundo patamar	66
Figura 47 Ciprestes em 2013	67
Figura 48 Ciprestes em 2019	67
Figura 49 Ciprestes em 2020	67
Figura 50 Bromélias nos canteiros	68
Figura 51 Bromélias	68
Figura 52 Chafariz com azaleias floridas	69
Figura 53 Chafariz da Bailarina Egípcia	69
Figura 54 Vista aérea do chafariz da Bailarina Egípcia	70
Figura 55 Canteiro à direita do segundo patamar	70
Figura 56 Rosa do canteiro da Ala Residencial	71
Figura 57 Roseira preferida do jardineiro Edson	71
Figura 58 Círculo vermelho ao redor do Colégio Paula Soares	72
Figura 59 Vista do terraço da Ala Residencial	73
Figura 60 Terceiro patamar	74
Figura 61 Escadas sinalizadas pelas setas e eixo central pelo círculo	74
Figura 62 Árvore perna-de-moça	75
Figura 63 Árvore Ingá	75
Figura 64 Galpão Crioulo anos 2000	76
Figura 65 Pergolado	77
Figura 66 Escultura do Negrinho do Pastoreio de 1947	77
Figura 67 Poço artesanal	77

Figura 68 Bancos do Jardim.....	77
Figura 69 Professores dos Jardins do Palácio Piratini	78
Figura 70 Muro com vegetação.....	79
Figura 71 Muro com vegetação parcial.....	79
Figura 72 Quarto patamar.....	80
Figura 73 Escadas sem acabamento.....	81
Figura 74 Fonte desativada.....	82
Figura 75 Início da construção do Atelier	82
Figura 76 Obra do Atelier de restauro.....	82
Figura 77 Quinto patamar.....	85
Figura 78 Horta do Palácio Piratini.....	85
Figura 79 Canteiros da horta do Palácio Piratini	85
Figura 80 Material didático.....	86
Figura 81 Horta orgânica.....	87
Figura 82 Cerejeiras em flor.....	88
Figura 83 Portão do Palácio Piratini na Praça Padre Gregório Nadal	89
Figura 84 Muro do Palácio Piratini e a Praça Padre Gregório Nadal	90
Figura 85 Áreas do Palácio Piratini.....	91
Figura 86 Jardins do Solar dos Câmara.....	105
Figura 87 Solar dos Câmara.....	106
Figura 88 Orquídeas nos Jardins do Palácio Piratini	108

LISTA DE SIGLAS

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CMC	Coordenação da Memória Cultural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFLA	Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas
IHGRS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INM	Inspetoria do Monumentos Nacionais
MHN	Museu Histórico Nacional
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SMC	Secretaria Municipal da Cultura
SOP	Secretaria de Obras Públicas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A CIDADE PORTO ALEGRE, O PALÁCIO E SEUS JARDINS	27
3	A LEITURA FRAGMENTADA DE UM PATRIMÔNIO	51
3.1	Primeiro patamar	57
3.2	Segundo patamar	66
3.3	Terceiro patamar	73
3.4	Quarto patamar	80
3.5	Quinto patamar	84
4	A INTERPRETAÇÃO MUSEAL DOS JARDINS HISTÓRICOS DO PALÁCIO PIRATINI	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICE A	116

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2014 concluí o curso de Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o trabalho intitulado “O Jardim como patrimônio verde: os Jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento” (SILVA, 2013). A escolha do objeto de pesquisa para essa dissertação foi dar continuidade a um interesse que adquiri em 2011, quando iniciei um estágio naquele Palácio, lá permanecendo até o final da graduação. Desse modo, meu cotidiano dentro dele se tornou repleto de histórias, arte, política e vivências nos cinco patamares dos jardins palacianos.

O Palácio Piratini é a sede executiva do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (figura 1). Tombado em âmbito nacional e estadual, está situado no centro histórico de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A edificação deste Palácio é considerada uma das mais significativas da cidade, por seu valor histórico, artístico e documental.

Figura 1
Palácio Piratini



Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Palco de várias manifestações populares, ele presenciou fatos importantes da história do RS. Entre eles, destaca-se a assinatura do tratado de Paz da Revolução de 1923, movimento que surgiu a fim de impedir a reeleição do governador Borges de Medeiros pela sexta vez, além de ter provocado outras mudanças significativas no processo eleitoral da época. Outro momento histórico vivido dentro do Palácio foi a Campanha da Legalidade de 1961, movimento liderado por Leonel Brizola, governador do Estado na época que, com seus discursos memoráveis feitos desde as sacadas do Palácio; mobilizava a população para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Um dos referenciais urbanos da cidade de Porto Alegre, o Palácio Piratini é reconhecido por sua arquitetura monumental neoclássica¹, pelas pinturas do italiano Aldo Locatelli², por seus lustres e luminárias vindos de Paris, mobiliário suntuoso, tapeçaria, as esculturas de Paul Landowski³, louça portuguesa, portas de madeiras entalhadas por artífices estrangeiros, gessos, estuques, pinturas murais, jarros, entre outros acervos (figura 2).

No Palácio encontra-se o inventário dos bens móveis tombados, em que se localizam as informações básicas da origem desses objetos, suas materialidades, descrição do estado de conservação, autores, fotografias, entre outros dados. Todavia, não há qualquer registro sobre os seus Jardins, a escolha das espécies

¹ A arquitetura neoclássica é um estilo arquitetônico que promoveu, entre os séculos XVIII e XIX, um retorno às formas da cultura greco-romana da Antiguidade. O neoclassicismo, que englobou também a literatura, a escultura e a pintura, buscava fazer uma oposição ao barroco e ao rococó, movimentos que privilegiavam o rebuscamento e a complexidade. Para os arquitetos da época, era o momento de trazer de volta as características das arquiteturas grega e romana, adequando-as à Idade Moderna. Disponível em: <https://laart.art.br/blog/arquitetura-neoclassica/>. Acesso em: 02.11.2021.

² Aldo Locatelli (1915 - 1962). Pintor italiano que possui trabalhos em outras cidades do Rio Grande do Sul, como Pelotas e Caxias.

³ Paul Landowski (1875 – 1961). Escultor francês, de origem polonesa, esculpiu as mãos do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro, as figuras alegóricas da Agricultura e da Indústria, o monumento escultórico “A Primavera” no Palácio Piratini, entre outros trabalhos na Europa e na América Latina.

vegetais, o traçado dos canteiros, a instalação das esculturas, como a da *Primavera* e a fonte da Bailarina Egípcia, entre outras. A falta de documentação a respeito de sua implantação constitui uma grande lacuna das transformações que aconteceram no decorrer de mais de um século.

Figura 2
Acervo do Palácio Piratini



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/100265287@N03/9723517193/>. Acesso em: 18.09.2021

O Palácio Piratini também era conhecido como Palácio de Barro, Palácio Governamental ou Palácio Presidencial. Foi tombado⁴ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) em 1986, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2000. Neste mesmo ano passou a fazer parte da área de atuação do Projeto Monumenta⁵, juntamente com outras

⁴ As palavras “tombamento” e “tombo” são termos da língua portuguesa que não tem tradução. Esses termos vêm da Torre do Tombo de Lisboa, onde a Coroa portuguesa levava o inventário de seus bens peninsulares e ultramarinos. Por extensão o termo passou a vigorar para o registro e proteção de bens culturais. Tombamento é o registro de bens materiais como patrimônio cultural.

⁵ O Monumenta é um Programa do Ministério da Cultura, financiado com recursos do Orçamento da União e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a cooperação da UNESCO e da Caixa Econômica Federal, com contrapartidas do município onde o Programa está inserido. Tem por objetivo atuar nos sítios históricos urbanos brasileiros, não apenas como um programa de recuperação física de monumentos, mas visando criar referenciais para prática da gestão sustentada do patrimônio cultural. Disponível em:

instituições que estão ao redor da Praça Marechal Deodoro⁶, que são o Teatro São Pedro e a Biblioteca Pública do Estado.

No Brasil, a proteção ao patrimônio nacional se tornou mais efetiva a partir da década de 1930. Ocorreram antes desse período algumas iniciativas estaduais de preservação ao patrimônio edificado, como a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais da Bahia (1927) e a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Recife (1928). Segundo Magalhães (2017) entre os anos de 1934 até 1937 foi instituída a Inspetoria de Monumentos Nacionais (INM), departamento do Museu Histórico Nacional (MHN) que tinha o propósito de sinalizar ao governo federal edificações que poderiam ser consideradas como monumentos nacionais.

Em 1937 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelos primeiros tombamentos no Brasil (CHUVA, 2009). Naquele mesmo ano foi assinado o Decreto-lei nº 25⁷ que regulamentou as ações do Estado no que tange à proteção do patrimônio nacional. A partir desse marco jurídico foram e ainda são escolhidos os patrimônios que devem ser preservados para a nação brasileira. No artigo quarto do documento, consta a abertura de quatro livros de tomo onde seriam inscritos os bens que ficarão sob a proteção do Estado, que são os livros do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, das artes aplicadas e das belas artes. Deve ser destacado, ainda, que alguns bens culturais foram inscritos em mais de um dos livros de tomo.

http://proweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?reg=19&p_secao=167. Acesso em: 08.04.2020.

⁶ Inicialmente denominada de Praça da Igreja ou Praça da Matriz, por estar localizada em frente à Igreja da Matriz de Porto Alegre. Em 1865 passa a ser chamada de Praça Dom Pedro II, homenagem realizada ao Imperador do Brasil. Em 1889, após a Proclamação da República é denominada de Praça Marechal Deodoro.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15.08.2021.

Desde o início de suas atividades, o SPHAN deu atenção ao patrimônio natural, e, já em 1938, primeiro ano do início dos tombamentos federais; constam sete inscrições que se referem a jardins e parques no Rio de Janeiro, a saber:

1. Palácio do Catete, parque e rua do Catete (06.04.1938), livro do tomo das belas artes;
2. Casa de Rui Barbosa e jardins (11.05.1938), livro do tomo de belas artes e histórico;
3. Jardim Botânico do Rio de Janeiro (30.05.1938), livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico;
4. Passeio Público: chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim, (30.06.1938), livro do tomo histórico e belas artes;
5. Quinta da Boa Vista (30.06.1938), livro do tomo histórico;
6. Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico (RJ), (30.06.1938), livro de tomo das belas artes;
7. Solar Grandjean de Montgny e jardim (30.06.1938), livro do tomo das belas artes (IPHAN, 2020a).

Apesar dessa legislação estar em vigor há mais de oitenta anos, ainda se faz necessário debater teorias, conceitos e metodologias de proteção específica para os jardins históricos brasileiros. O primeiro documento de relevância internacional que aborda a especificidade dos jardins históricos é a Carta de Florença, proposta pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1981. Neste documento estabeleceram-se as diretrizes de identificação, preservação, valorização e conceituação dos jardins históricos, visto que, “[...] é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um **interesse público**. Como tal é considerado monumento” (ICOMOS, 2020a, doc. eletr., grifo meu). Já no Brasil, a Carta de Juiz de Fora de 2010, proposta por profissionais e pesquisadores da área de jardins históricos, retomou os princípios da Carta de Florença e os adaptou para o contexto nacional.

Vários profissionais estrangeiros e brasileiros durante essas quatro décadas têm trabalhado nessa temática. Contudo, casos como o dos Jardins Históricos do Palácio Piratini precisam de um olhar técnico e sensível a esses bens culturais, com o propósito de qualificar suas condições de preservação para sua continuidade e fruição. Destaca-se, que no caso estudado, é importante a análise de seus elementos naturais, principalmente em torno de suas espécies vegetais. A combinação entre elementos artificiais e naturais é que transforma os jardins em obras de arte, esculpidas por diversas mãos.

No Brasil, a natureza vem sendo há muito tempo exaltada pelos viajantes e cientistas, tornando-se fonte de interesses econômicos e científicos, devido à sua diversidade e à abundância de suas riquezas. A origem do nome Brasil, por exemplo, deriva de uma árvore nativa chamada *pau-brasil*, que, explorada desde a chegada dos portugueses, foi vítima de uma extração sem limites e hoje encontra-se praticamente extinta, mantida sob proteção ambiental.

Nos centros urbanos, a crescente especulação imobiliária vem provocando drásticas mudanças na diminuição das camadas vegetais, na redução dos espaços livres e das áreas verdes para convívio coletivo, que são substituídas pela construção de *shoppings centers* e condomínios. Ao que parece, está sendo ignorado que é nessas áreas verdes de lazer, parques, praças e jardins que as relações do homem com o meio ambiente se transformam constantemente, através de suas práticas sociais.

Os jardins estão presentes em diversas culturas, planejados com finalidades distintas, que vão desde a exaltação do poder econômico e político de seu proprietário, até a proteção, deleite, meditação, dentre outras motivações. São intervenções na natureza a céu aberto, construídas em um determinado período e que, no decorrer de suas histórias, podem ser modificadas conforme a cultura e valores de cada país.

Dentro da temática dos jardins históricos uma categoria relevante é a dos jardins palacianos, uma vez que alguns espaços públicos atuais, como parques, foram no passado jardins privados, que pertenceram a nobres, pessoas

abastadas ou ao Estado e, com o tempo, passaram a se constituir em espaços mais democráticos e acessíveis. Os jardins históricos objetos desta pesquisa, por estarem associados a um edifício governamental situado em um palácio, são considerados jardins palacianos. Todavia, não foram executados totalmente conforme o projeto arquitetônico de Maurice Gras⁸, autor do Palácio Piratini.

Oriundo da França, o arquiteto seguiu alguns princípios compositivos de acordo com a Escola Francesa, tais como axialidades, isto é, eixos que organizam o espaço e o posicionamento dos elementos, simetria e rigor geométrico. Assim, a exemplo do que ocorre com outras referências de patrimônios culturais no Brasil, os Jardins Históricos do Palácio Piratini, que deveriam estar protegidos pelos tombamentos já citados do Palácio do Governo, necessitam de valorização patrimonial, interpretação e constante manutenção.

Em pesquisa anterior realizada durante meu curso de graduação em Museologia, analisei como eram tratados os Jardins Históricos do Palácio em um ambiente protegido pela ferramenta jurídica do tombamento (SILVA, 2013). Concluí então, que eles que eram considerados meros coadjuvantes no cenário patrimonial protagonizado pela edificação do Palácio Piratini, tanto pelas instituições que o tombaram, como pelas gestões do governo do Estado do RS.

No sistema eleitoral brasileiro a cada quatro anos ocorrem eleições para os governos estaduais e, no Rio Grande do Sul, tem havido historicamente a alternância de partidos políticos no governo do Estado e, conseqüentemente, a troca de gestor do Palácio Piratini. Com essa mudança, alguns servidores públicos que trabalharam em uma determinada gestão tem sido deslocados para exercerem suas atribuições em outros locais, substituídos por outros, em sua maioria indicados para exercerem cargos comissionados. Em outras palavras, isso significa dizer que são substituídos sistematicamente. Além disso, muitos

⁸ Maurice Gras (1873-1954) formou-se em Arquitetura na École des Beaux-Arts de Paris (1902). Em 1905, foi citado como coautor do projeto para o Hôtel de la Société de Géographie em Paris. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquiteturapalaciopiratini/posts/1201335853212616/>. Acesso em: 24. 10. 2021.

setores são extintos, assim como a descontinuidade de vários projetos implementados. Ou seja, a cada nova gestão, aqueles que trabalhavam nos Jardins são alocados em diferentes setores administrativos, o que impede a continuidade das equipes.

Em relação ao vínculo administrativo, no período compreendido entre 2011 e final de 2014, os Jardins estavam sob os cuidados do setor de Gestão Ambiental, com equipes multidisciplinares integradas por biólogos, historiadores, estudantes de Museologia e História, que atuavam junto a uma equipe de cinco jardineiros. Mas em 2014, com a chegada de um novo partido político ao governo do Estado, o setor de Gestão Ambiental foi extinto, e, entre 2015 e 2018, eles passaram a fazer parte do setor da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini. Dentre os servidores públicos que trabalharam no setor de Gestão Ambiental, somente uma historiadora e um jardineiro permaneceram lotados no Palácio, realocados junto à Assessoria de Arquitetura.

Em 2018, com novas eleições para o governo do Estado e, mais uma vez, com a mudança do grupo político no poder, a nova equipe do governador eleito transferiu os Jardins para uma secretaria administrativa do Palácio Piratini. Desse modo, a troca de partidos políticos e de setores que gerenciam esses Jardins, ocasiona a descontinuidade de sua manutenção e preservação. Além disso, a valorização e a interpretação desses espaços também estão condicionadas aos profissionais que estejam ocasionalmente trabalhando na gestão que está no poder em um determinado período, isto é, a cada quatro anos.

Até o momento, como já mencionado anteriormente, não há nenhum registro que relate informações sobre o plantio, as instalações e as construções que fazem parte dos Jardins do Palácio e, ainda menos sobre as alterações e acréscimos ao longo de sua trajetória temporal. Nas poucas vezes em que são mencionados em algum processo ou relatório do IPHAE ou IPHAN, os Jardins Históricos são referidos apenas como um complemento à edificação do Palácio. Eles deveriam estar protegidos por essas instituições, visto que, “[...] preservá-los

é um ato de respeito à vida, ao equilíbrio ambiental, à obra e ao legado humano” (DELPHIM, 2005, p.08).

Assim, o que me levou a realizar esta pesquisa foram as seguintes indagações: como valorizar os Jardins Históricos do Palácio Piratini enquanto patrimônio cultural para torná-los relevantes aos gestores do Palácio Piratini e às instituições que o tombaram? Que estratégias museais poderiam contribuir para a preservação dos Jardins Históricos do Palácio Piratini de acordo com sua especificidade, por serem perecíveis, vivos e dinâmicos?

A fim de responder a essas questões, defini como objetivo geral deste trabalho, interpretar os Jardins Históricos do Palácio Piratini como patrimônio cultural, passíveis de serem musealizados e usufruídos dentro de certos limites como um patrimônio público. Nesse sentido, a musealização pode ser compreendida como um processo, a saber “[...] o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu [...]” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 56).

Com a finalidade de interpretar esses espaços verdes, foram delineados os seguintes objetivos específicos, pautados em conceitos patrimoniais e teorias vinculadas ao campo da Museologia:

- a) Analisar esses Jardins palacianos de acordo com a categoria específica de jardins históricos, conforme as Cartas Patrimoniais de Florença e Juiz de Fora;
- b) Descrever as aproximações e distanciamentos do projeto original e os atuais Jardins Históricos do Palácio Piratini;
- c) Propor estratégias museais para integrar os Jardins Históricos na mediação do Palácio Piratini.

A realização desta pesquisa, de abordagem qualitativa, sob a forma de um estudo de caso, se deu através de um percurso metodológico que envolveu a análise documental, acompanhada de uma pesquisa bibliográfica em torno de

trabalhos acadêmicos encontrados em repositórios digitais nacionais⁹ e outras publicações relacionadas ao Palácio Piratini e a Jardins Históricos. Até este momento, não foi encontrada nenhuma tese ou dissertação que tenha abordado diretamente os Jardins Históricos do Palácio Piratini. Em função da pandemia de Covid-19 não foi possível fazer todas as saídas de campo previstas, consultar bibliotecas e arquivos públicos. E, para subsidiar a pesquisa, foi importante a análise dos processos de tombamento do Palácio Piratini, pelo IPHAE e IPHAN. No que se refere à fundamentação teórica, foram essenciais para a conceituação de Jardim Histórico as Cartas patrimoniais de Atenas¹⁰ (1931), Veneza¹¹ (1964), Florença¹² (1981) e Juiz de Fora¹³ (2010).

Para interpretar os Jardins Históricos do Palácio Piratini recorri à teoria de Brandi (1963, p. 30), que nos remete ao “[...] momento metodológico de reconhecimento da obra de arte em sua consistência física e sua dupla polaridade estética e histórica, em ordem à sua transmissão ao futuro”. E, considerando que o Palácio Piratini é uma obra de arte, seus Jardins, que configuram seu entorno, são elementos indissociáveis ao edifício. Destaca-se, nesse sentido que, quando se confere a um bem patrimonial o caráter de obra de arte, esse patrimônio deve ser protegido de acordo com suas características, para que sejam preservados seus valores históricos e artísticos.

Outro conceito que norteou esse trabalho foi o conceito de *espírito do lugar*, delineado em 2008, na cidade de Quebec, Canadá, durante a 16ª Assembleia

⁹ Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 18.09.2021.

¹⁰ ICOMOS. Carta de Atenas. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf. Acesso em: 01 fev.2021a.

¹¹ _____. Carta de Veneza. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf. Acesso em: 09 jun.2021b.

¹² _____. Carta de Florença. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Florenca_1981.pdf>. Acesso em: 08 jun.2021c.

¹³ IPHAN. Carta dos jardins históricos brasileiros: Carta de Juiz de Fora. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2510>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Geral do ICOMOS. Resultou desse encontro a Declaração de Quebec, que incluiu ações e diretrizes em torno da preservação dos lugares, cuja proposta central estabelece que cada espaço é único na composição de seus elementos tangíveis e intangíveis. O documento destaca que o clima de cada região, que incide sobre os ventos que sopram a chuva, a combinação de luz e sombra, que influencia o crescimento da vegetação, os rios, lagos, rochas, dunas e os animais que habitam esses lugares, somam-se às práticas culturais realizadas e ressignificadas por comunidades nesses cenários patrimoniais.

Assim, esta pesquisa está organizada em cinco capítulos que sintetizam o percurso deste trabalho. Depois do presente capítulo, de caráter introdutório, será apresentada no segundo a trajetória dos projetos elaborados para a construção do Palácio Piratini e seus Jardins Históricos e, na sequência, uma breve descrição dos seus cinco patamares. No quarto capítulo apresentarei conceitos patrimoniais e estratégias museais para interpretar e integrar os Jardins Históricos à visita mediada que já ocorre na sede executiva do governo do Estado do RS. E, finalmente, no quinto capítulo, teço as considerações finais em relação a esta investigação.

Desse modo, com a realização desta dissertação, acredito poder contribuir para a patrimonialização dos Jardins Históricos do Palácio Piratini que me fizeram despertar para o relevante trabalho de pesquisa e comunicação que tais lugares representam para o campo museológico. E, além dessa motivação, com este estudo me propus a denunciar o descaso com que eles são tratados, visando com isso, alertar para a necessidade de estabelecer uma efetiva política de preservação e conservação desses espaços.

2 A CIDADE DE PORTO ALEGRE, O PALÁCIO E SEUS JARDINS

Geograficamente, o Palácio Piratini e seus Jardins (figura 3) estão situados no centro histórico de Porto Alegre, no quarteirão compreendido entre as ruas Duque de Caxias (face norte), General Auto (face oeste), Coronel Fernando Machado (face sul) e Espírito Santo (face leste).

Figura 3
Área atual ocupada pelo Palácio Piratini



Fonte: imagem de satélite do google Earth com destaque elaborado por Kauã Oliveira, 2020

Em decorrência do acentuado declive do terreno, o edifício foi construído sobre os dois patamares superiores, junto à rua Duque de Caxias, que constitui a cumeeira do centro, ou seja, a parte alta da cidade. Ao total são cinco patamares que, ao longo do tempo, vêm sendo fragmentados e ocupados por outras edificações de diferentes usos.

Os Jardins ocupam uma área de aproximadamente 8.532 m² da sede executiva do governo do Estado do RS. Desse espaço 53% são áreas verdes, isto

é, 4.551, 60m² são canteiros e gramados divididos entre os patamares do Palácio do Governo. Todavia, deve ser ressaltado que no projeto original de 1909, assinado pelo arquiteto francês Maurice Gras, a área destinada aos Jardins do Palácio seria bem maior do que a atual. E deve ser destacado ainda que os Jardins, como o próprio Palácio Piratini não foram construídos totalmente de acordo com o projeto de seu idealizador.

A trajetória da construção do Palácio Piratini e seus Jardins está associada à mudança da Capital de Viamão em 1772 para a freguesia do Porto dos Casais, atual cidade de Porto Alegre. Além de sua edificação, que é a representação do poder político e administrativo do Estado, outras se faziam necessárias à nova capital, como a Igreja da Matriz¹⁴ e a Casa da Tesouraria da Real Fazenda¹⁵. O local escolhido foi o “[...] mais elevado e de melhor vista sobre a Lagoa de Viamão (Guaíba) [...]” (SPALDING, 1967, p. 52), onde atualmente é a rua Duque de Caxias¹⁶.

Em frente a esses prédios, a Praça da Matriz (figura 4), surgiu como “[...] um espaço intimamente ligado à cidade, e está inseparavelmente ligada a todas as políticas de colonização e de ocupação regional” (CABRAL, 2008, p. 45).

Porto Alegre, como muitas outras cidades de origem lusitana, surgiram em locais com topografia acentuada e se estruturaram em dois patamares: cidade alta, com funções simbólicas administrativas, e cidade baixa com funções portuárias e comerciais. Essa configuração é uma invariante da cultura urbanística

¹⁴ A Igreja da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus começou a ser construída em 1779 e em 1920 é demolida para dar lugar a uma igreja de maior volume e dimensões. Ao lado da Igreja da Matriz havia a Capela do Divino Espírito Santo, ambas edificações não existem mais. A nova Igreja da Matriz é a atual Catedral Metropolitana.

¹⁵ Hoje o atual Memorial do Poder Legislativo, também conhecido como Casa da Junta e Casa Rosada, foi a primeira sede do legislativo do Estado, construída em 1790. Em 1860 foi realizada uma reforma que acrescentou mais um andar à edificação.

¹⁶ Rua tradicional do centro da cidade de Porto Alegre, já foi denominada de Rua Alegre, Rua Formosa, Rua Direita, Rua direita da Igreja e Rua da Igreja. Foi mediante resolução de 29.12.1869, que a Câmara Municipal mudou a denominação de Rua da Igreja para Duque de Caxias” (FRANCO, 2006, p.139).

lusitana, como, por exemplo, se verifica nas cidades de Lisboa, Porto, Salvador, Luanda, entre outras (DURÁN, 2009).

Figura 4
Antiga Praça da Matriz com o Palácio do Governo



Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Barro.
Acesso em: 02 jan. 2021

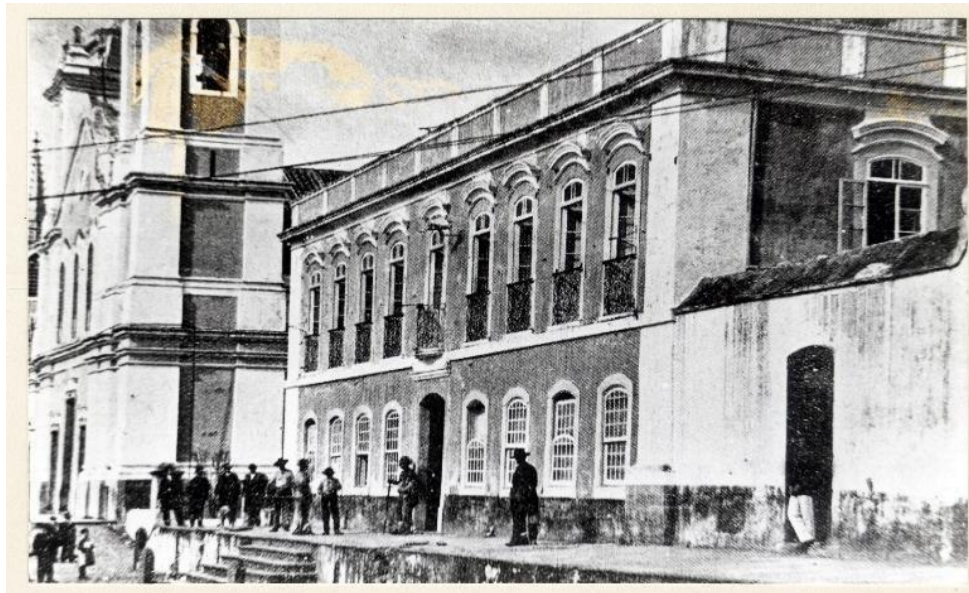
O Palácio do Governo também era denominado naquela época como Palácio de Barro, em função do uso de materiais como madeira, argila e estuque em sua construção. A nova sede do governo do Estado do RS começou a ser erigida em 1772, sendo finalizada depois de dezessete anos, e, ao longo das décadas seguintes, o Palácio de Barro (figura 5) passou por diversas reformas e reparos em sua infraestrutura. Com o fim da Guerra dos Farrapos (1835-1845¹⁷), o arquiteto germânico Phillip von Normann¹⁸, foi encarregado de elaborar um novo

¹⁷ A Guerra dos Farrapos foi um conflito que aconteceu no Brasil de 1835 a 1845. A revolta protagonizada pelos farroupilhas assumiu um caráter separatista em 1836 e foi motivada por insatisfações políticas e econômicas da província do Rio Grande do Sul. O desfecho desse conflito se deu pela assinatura do Tratado do Poncho Verde. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-dos-farrapos.htm>. Acesso: 12.02.2022.

¹⁸ Arquiteto alemão (1818-1862), responsável pelo projeto do Teatro São Pedro em 1849.

Palácio Governamental, porém, “[...] o projeto não chegou a ser executado posto que os alemães foram demitidos da função pública provincial” (WEIMER, 2003, p.192).

Figura 5
Palácio de Barro



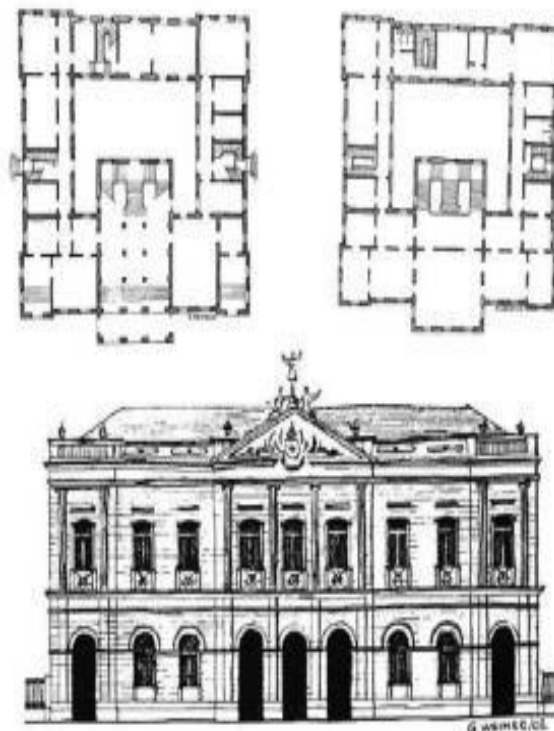
Fonte: Acervo fotográfico do Museu Joaquim Felizardo. Século XIX. Autor desconhecido

Em 1883, transcorridos quase cem anos da construção do Palácio de Barro, foi solicitado ao engenheiro-arquiteto Álvaro Nunes Pereira¹⁹ que o substituísse por outra edificação (figura 6), porém o projeto não saiu do papel. Após a abolição da escravatura em 1888²⁰ e, no ano seguinte, com a Proclamação da República, o Palácio de Barro não representava mais arquitetonicamente os ideais políticos do novo regime governamental, o que reforçou o desejo de erigir um novo Palácio para o Estado.

¹⁹ Um dos fundadores da escola de Engenharia da UFRGS em 1896 e possível autor do projeto do primeiro bloco do Hospital São Pedro. Participou da construção de uma parte da igreja Das Dores, de Porto Alegre e do prédio atual da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁰ A abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil e determinou o fim da escravização dos negros no Brasil. A abolição do trabalho escravo ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel. A abolição da escravatura foi a conclusão de uma campanha popular que pressionou o Império para que a instituição da escravidão fosse abolida de nosso país. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm> Acesso em: 12.02.2022.

Figura 6

Projeto de Álvaro Nunes Pereira – não edificado

Fonte: WEIMER, 2003, p.326

Em 1896, Júlio de Castilhos²¹, líder do movimento positivista²² no RS, em seu segundo mandato como Presidente da Província, solicitou ao engenheiro-arquiteto de origem francesa Alfonse Dinis Hebert²³, uma nova sede para o governo. Visto que, com a República:

²¹ Júlio de Castilhos governou o Estado do Rio Grande do Sul por duas vezes, em 1891 e de 1893 a 1898. Disponível em: http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php. Acesso em: 30 out. 2020.

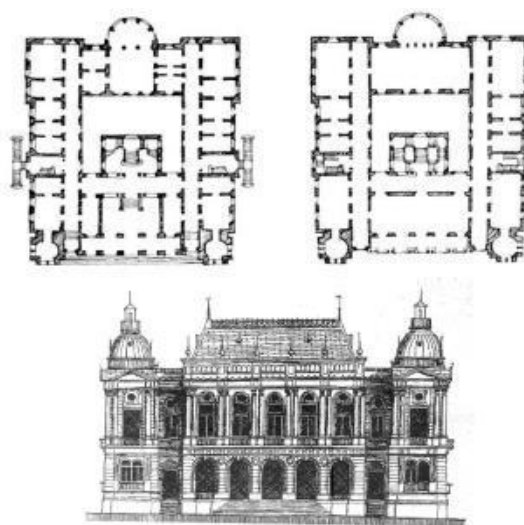
²² Corrente filosófica cujo mentor principal foi Auguste Comte, no século XIX. Propõe a ideia de uma ciência sem teologia ou metafísica, baseada apenas no mundo físico/material. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimp.aspx?area=ES/VerDicionario&idZDicionario=507>. Acesso em: 05. out. 2020.

²³ São também de autoria desse arquiteto (1852 – 1925) os projetos da Biblioteca Pública e o Colégio Ernesto Dornelles, ambos edifícios localizados no centro histórico da cidade de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=16. Acesso em: 25 de set. 2020.

[...] o ritmo de trabalho iniciou a marcha acelerada a um futuro incalculável de riqueza. A direção dos destinos políticos, sociais e econômicos requeriam um Palácio que fosse a súpula, **sem ostentação**, de qualidades humanas e valores artísticos de real valor, como repositório dos anseios naturais de todo um povo (CORONA, 1973, p. 4, grifo meu).

O velho Palácio de Barro foi demolido em 1896 e no ano seguinte começaram as obras da nova sede Presidencial do RS (figura 7).

Figura 7
Projeto de Alfonse Dinis Herbert – não edificado



Fonte: WEIMER, 2003, p.194.

Em função dessa obra, a administração do Estado foi transferida para um prédio chamado de Forte Apache, que ficou conhecido como Palácio Provisório, situado ao lado leste da Praça da Matriz. Todavia, em 1898 ocorreram novas eleições, Borges de Medeiros²⁴ assumiu o governo do RS e, em 1901 reduziu o ritmo das obras que já estavam em andamento. Segundo Ferreira Filho (1983, p.13):

[...] os trabalhos foram praticamente suspensos, mas não abandonados, pois que, entre outras providências, o Engenheiro Alfonse Hebert, autor do projeto em execução, viajou para a Itália

²⁴ Borges de Medeiros governou o Estado de 1898 a 1908 e depois de 1913 a 1928. Disponível em: http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php. Acesso em: 04. 07. 2020.

a fim de entrar em conhecimento sobre os mármore e outros materiais que deveriam ser importados [...].

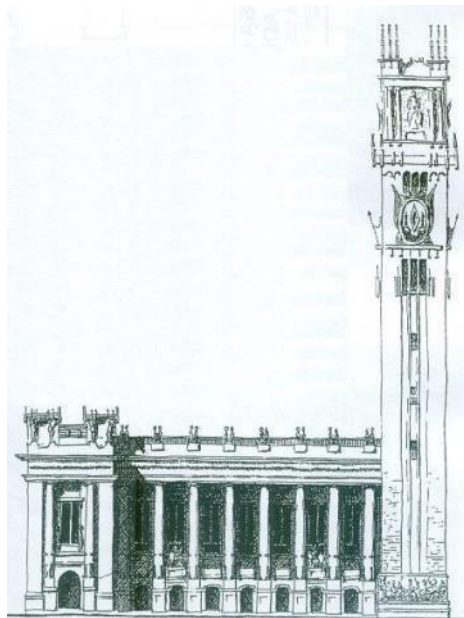
Contudo, somente dez anos depois, em 1908, quando Carlos Barbosa²⁵ foi eleito como representante do Estado do RS, que novamente seria retomada a ideia de dar continuidade às obras do Palácio do Governo, embora, não mais com o projeto iniciado de Alfonse Dinis Hebert.

Carlos Barbosa, também adepto da doutrina positivista de Auguste Comte, como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, resolveu abrir um concurso em Paris, que era considerada a “[...] Meca do comtismo [...]” (WEIMAR, 2003, p.195). O objetivo do concurso era oferecer novo projeto para o Palácio Presidencial, já que, em mensagem à Assembleia, Carlos Barbosa se justificou dizendo que o anterior necessitava de mais beleza e amplitude. Desse modo “[...] o Estado com um palácio francês daria a respeitabilidade necessária ao governo positivista [...]” (BITTENCOURT, 1990, p. 211).

Carlos Barbosa organizou uma comissão julgadora que iria avaliar os projetos apresentados para o concurso. Dois arquitetos se inscreveram, Augustin Rey ficou em primeiro lugar (figura 8) e A. Janin, em segundo, tendo sido os dois projetos vencedores pagos pelo governo.

²⁵ Carlos Barbosa Gonçalves governou o Estado do RS de 1908 a 1913. Disponível em: http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php. Acesso em: 04. 07. 2020.

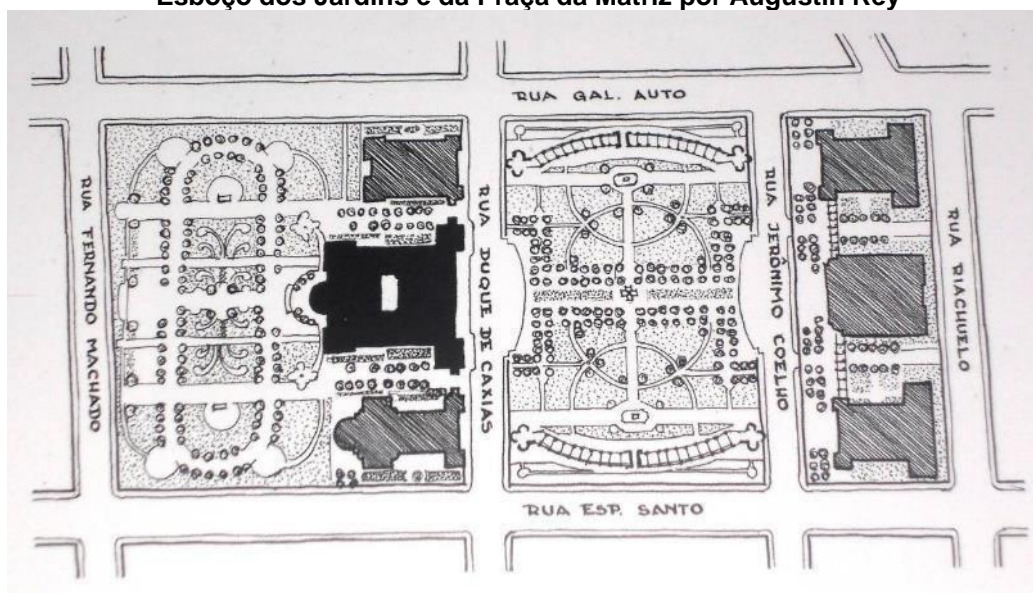
Figura 8
Projeto vencedor de Augustin Rey – não edificado



Fonte: WEIMER, 2003, p.199

Augustin Rey propôs, além do novo Palácio, uma alteração do desenho da Praça da Matriz, que acompanhava o traçado interno dos Jardins da sede do governo do RS (figura 9).

Figura 9
Esboço dos Jardins e da Praça da Matriz por Augustin Rey



Fonte: WEIMER, 2003, p.198

O projeto visava um diálogo entre os Jardins do executivo do Estado com esta praça da cidade. Desse modo:

[...] como complemento a construção projetada, já se cogitava de uma modificação, tendendo a alargar a praça adjacente ao local do Palácio no intuito de completar o aformozeamento [sic] e dar o quadro, em primeiro plano, o que lhe faltava do ponto de vista e permitir amplo e bello accessio [sic], como convém, a semelhante edificação (RIO GRANDE DO SUL, 1909, [n.p.]).

Porém, durante o período que estava acontecendo o concurso em Paris, o arquiteto francês, Maurice Gras veio a Porto Alegre para apresentar ao governador uma nova concepção de Palácio Presidencial. Carlos Barbosa, ao conhecer esse novo projeto, dispensou os trabalhos que haviam sido selecionados, uma vez que a comissão julgadora decidira que nenhum dos projetos satisfazia plenamente os anseios arquitetônicos desejáveis para a nova sede do governo. Maurice Gras, ao assinar o contrato com o governo do Estado, exigiu que seu pagamento fosse feito em francos, sendo que ele ganharia 10% do valor total da obra, com a exigência de que os materiais para o Palácio (figura 10), assim como os técnicos envolvidos em sua construção, fossem trazidos da Europa.

Figura 10
Projeto de Maurice Gras para o Palácio do Governo



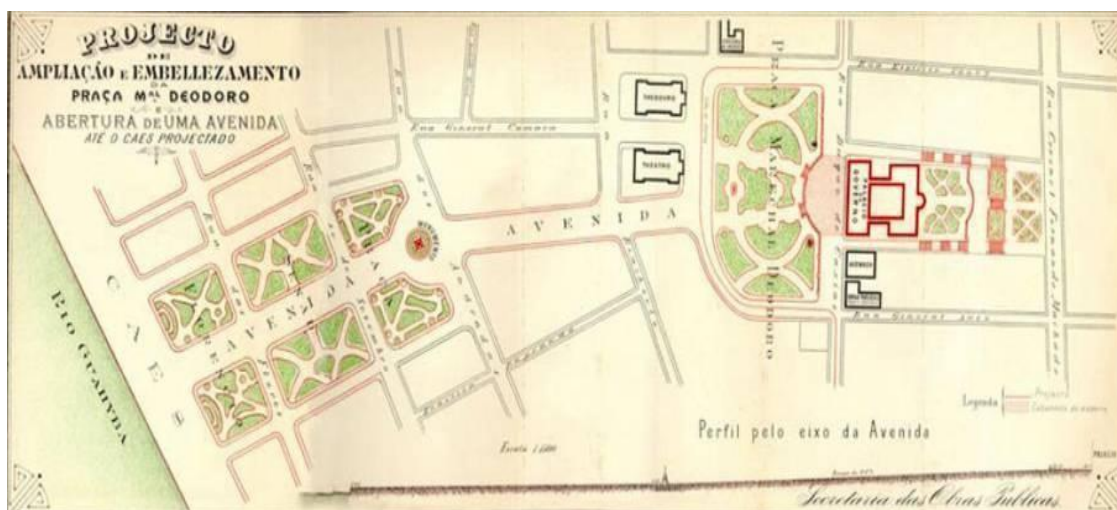
Fonte: Les Salons D'architecture, Paris, 1922, p.13

Diante disso, os servidores da Secretaria de Obras Públicas do Estado do RS (SOP), ao saberem da mudança de planos para o projeto do Palácio, assim se manifestaram:

Encorajados por esta aprovação [sic] **inesperada**, fomos pouco a pouco ensaiando o alargamento em frente ao palácio, [...] ao ligar diretamente a histórica praça “Marechal Deodoro”, ao coração da cidade, a praça “Senador Florêncio” [...]. Semelhante obra, além de continuar as modificações sob o ponto de vista esthetic[o] [sic] e hygienico [sic] de Porto Alegre, concernentes ao plano geral da cidade, trará como salutar consequência maior impulso a construção de bellos [sic] e bons edifícios [...] (RIO GRANDE DO SUL, 1909, [n.p.], grifo meu).

Nesse período foi projetada uma grande avenida que iniciaria na Praça Marechal Deodoro e iria até ao cais do Porto (figura 11), sendo seu autor Atílio Trebi, o primeiro desenhista da SOP.

Figura 11
Projeto de Atílio Trebi



Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-15-Projeto-de-ampliacao-e-embellezamento-da-Praca-Marechal-Deodoro-e-abertura-de_fig8_314294073. Acesso em: 28.02.2021

Essa obra ocasionaria uma grande mudança no entorno do Palácio do Governo, uma vez que:

[...] em termos urbanísticos, isto provocaria maior impacto, pois a perspectiva de quem observasse o Palácio, desde a

avenida projetada, se daria de baixo para cima, realçando o valor simbólico deste espaço, mais uma vez como afirmação do poder positivista (BITTENCOURT, 1990, p. 237).

Entretanto, devido à topografia acentuada do terreno, a avenida projetada por Atílio Trebi não foi realizada, pois há um grande declive entre a parte alta da cidade onde está localizado o Palácio Piratini e a parte baixa, que vai até o cais do porto.

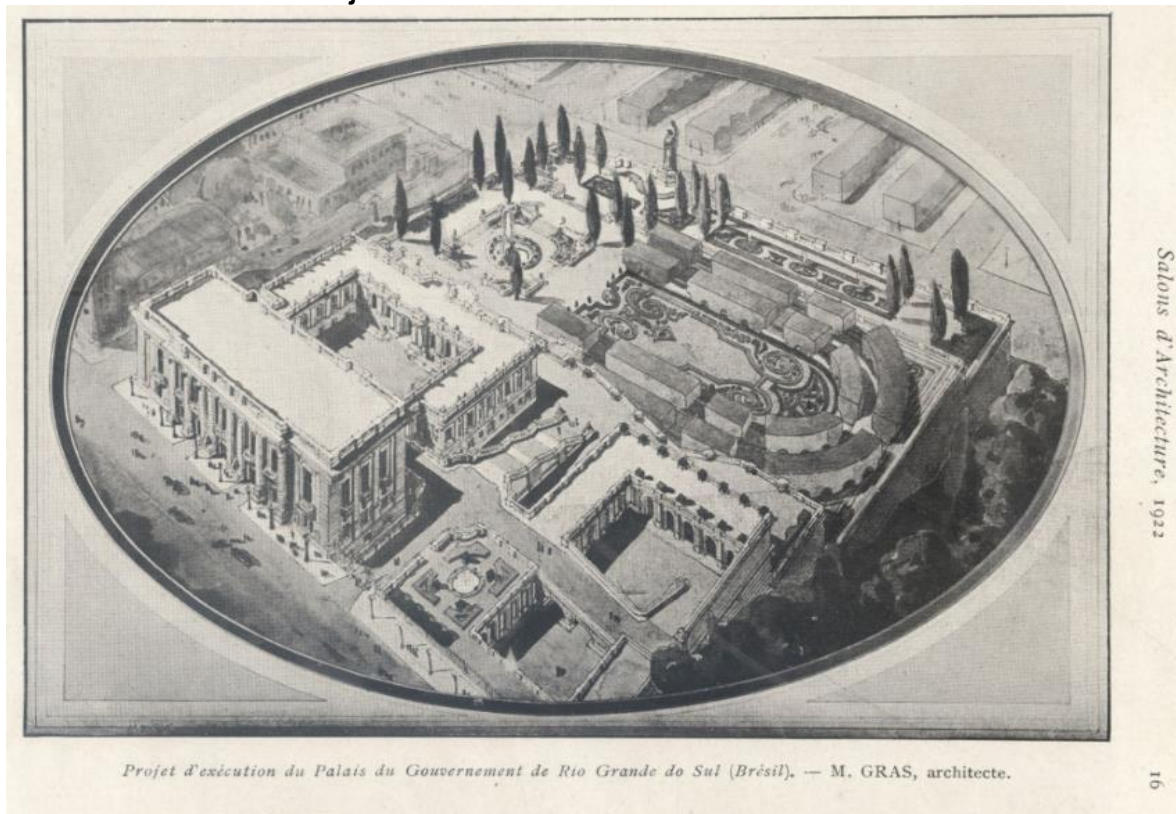
A paisagem de Porto Alegre se transformaria a partir da construção do novo Palácio do Governo, com as praças que interligariam os jardins privados do Palácio com os jardins públicos dos cidadãos. Maurice Gras projetou o Palácio do Governo e seus Jardins, assim como o gradil da escadaria interna, portas, portões, moldes de gesso para a decoração das salas e salões nobres, lustres e luminárias:

Os jardins palacianos são a origem de muitos parques e praças públicas e também de seu simbolismo político. Todo o ambiente criado artificialmente: jardins, gramados, fontes, labirintos, pequenos bosques, fala do poder de seu proprietário (BITTENCOURT, 1990, p. 67).

A partir desse novo projeto foram adquiridos pelo governo do Estado outros terrenos adjacentes a rua Duque de Caxias, pois os Jardins de *Monsieur Gras* ocupariam uma parte da área do Palácio do Governo. De acordo com o projeto original, os Jardins teriam o traçado de seus canteiros simétricos, com as árvores e os arbustos podados seguindo a técnica da topiaria²⁶, em que a natureza seria esculpida conforme o desejo do arquiteto. Notamos que os Jardins do Palácio do Governo teriam vegetação de grande e médio porte. Talvez um labirinto no canto direito, havia a intenção de ter uma fonte circular e uma escultura da República localizada na parte posterior dos Jardins (figura 12).

²⁶ Técnica que molda a vegetação em diferentes formatos, representando humanos, animais e figuras geométricas.

Figura 12
Projeto de Maurice Gras com os Jardins do Palácio



Fonte: Les Salons D'architecture, Paris, 1922, p.13

Em 1909 começaram a chegar da Europa através do porto da cidade de Rio Grande os materiais nobres, bem como os profissionais que trabalhariam na construção do Palácio. O cimento vinha da Inglaterra, as pedras de Villars na França e a mão de obra especializada da Espanha, Portugal e França. Muitos imigrantes trabalharam nesta grande obra pública, em diversas áreas como nas artes plásticas, arquitetura, marcenaria, engenharia, entre outras.

No entanto, as firmas locais começaram a questionar Carlos Barbosa através da mídia da época, para entenderem o porquê da utilização de materiais e mão de obra estrangeiras. Afinal, o Palácio seria um prédio público, construído com o dinheiro dos impostos dos rio-grandenses. Conforme Ferreira Filho (1980, p.09): “Nas farmácias e nos cafés o assunto tornou-se objeto de suspeitosas murmurações. E tal onda soprou contra o governo, que o Presidente Carlos

Barbosa se achou na necessidade de vir a público para explicar o que realmente acontecia”.

Figura 13
Construção do Palácio 1910



Fonte: Disponível em:
<https://prati.com.br/category/porto-alegre/page/4>
Acesso em: 28.02.2021

Figura 14
Construção do Palácio 1912



Fonte: Disponível em:
<https://prati.com.br/porto-alegre/porto-alegre-construcao-do-palacio-piratini-1912.html>
Acesso em: 28.02.2021

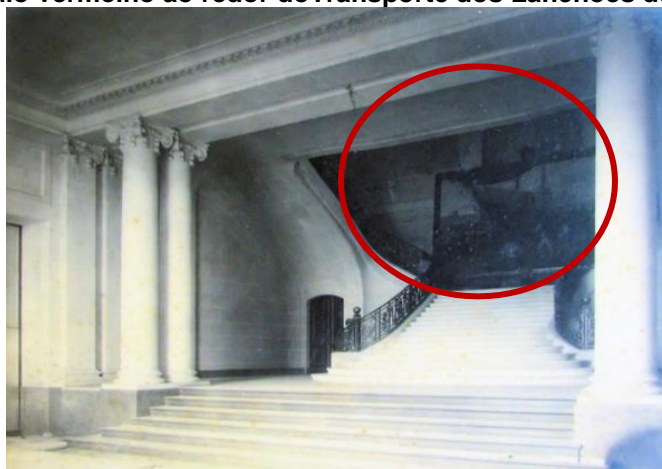
A justificativa dada por Carlos Barbosa foi a de que o preço dos materiais da Europa era mais barato e os produtos de melhor qualidade do que os locais. As obras estavam em andamento, mas ainda faltava terminar a ala presidencial²⁷ e a ala residencial²⁸ assim como fazer a instalação elétrica, o ajardinamento e a pavimentação do pátio de honra que interliga as duas alas, além de inúmeros detalhes de ornamentação. Entretanto, em 1913, Borges de Medeiros venceu novamente as eleições e voltou ao governo do Estado. Logo após sua posse, dispensou o representante de Maurice Gras que trabalhava nas obras do Palácio e rompeu o contrato com o arquiteto francês. Decidiu contratar por empreitada o restante dos trabalhos, nacionalizou os materiais e a mão de obra. Porém, nos relatórios da SOP dos anos seguintes há registros da contratação de escultores

²⁷ A Ala Presidencial atualmente é denominada de Ala Administrativa ou Ala Governamental, também chamada de Palácio das Recepções, é o local de atividades relativas à gestão do Estado do RS.

²⁸ A Ala Residencial, também chamada de Palácio da Habitação, é o local que foi construído para ser a moradia do gestor do Estado do RS.

estrangeiros e firmas francesas que colocariam e forneceria a parte elétrica, lustres, luminárias e os portões que foram desenhados por Maurice Gras. Apesar de ter sido dispensado formalmente das obras do Palácio, o arquiteto francês foi intermediário entre o governo do Estado e as empresas francesas que estavam vendendo materiais e prestando serviços. Na gestão de Borges de Medeiros foram contratados reconhecidos pintores brasileiros para executarem telas que retratassem episódios épicos da história rio-grandense, com a intenção de ornamentar o gabinete do Governador, os salões nobres, salas e as secretarias do Palácio do Governo. Algumas dessas pinturas possuem entre seis e cinco metros de altura, entre elas estão o “Transporte dos Lanchões” (figura 15) de Lucílio de Albuquerque²⁹, a “Chegada dos açorianos” e o “Combate da Ponte de Azenha” de Augusto Luís de Freitas³⁰.

Figura 15
Círculo vermelho ao redor do Transporte dos Lanchões de 1916



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11014231545>. Acesso em: 28.02.2021

²⁹ Lucílio de Albuquerque (Barras, Piauí, 1877 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1939). Pintor, desenhista, vitralista, professor. Em 1895, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandona-a para estudar pintura. Muda-se para o Rio de Janeiro em 1896 e frequenta a Escola Nacional de Belas Artes (Enba) como aluno livre. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21324/lucilio-de-albuquerque>. Acesso em: 02.11.2021.

³⁰ Augusto Luiz de Freitas (Rio Grande, Rio Grande do Sul, 1868 - Roma, Itália, 1962). Pintor, ilustrador, cenógrafo e professor. Com sete anos, muda com a família para Portugal. Aos 12 anos, frequenta a Academia Portuense de Belas Artes, na cidade do Porto, e cursa desenho histórico. Estuda também pintura, escultura e arquitetura. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23872/luz-de-freitas>. Acesso em: 02.11.2021.

Durante os anos de 1918 e 1919 houve uma drástica redução das obras do Palácio, sendo realizadas somente algumas manutenções nas alas presidencial e residencial, possivelmente devido à I Guerra Mundial. Na figura 16, percebemos que na parte posterior a ala residencial, os Jardins estavam ainda em construção.

Figura 16
Ausência dos Jardins Históricos



Fonte: Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo?fbid=4809790219050261&set=gm.4465361513514101>. Acesso em 15.08.21

Em 1921 Borges de Medeiros instalou seu gabinete na parte térrea do Palácio e chamou a imprensa local para conhecer “[...] o mais imponente e belo exemplar dos edifícios da cidade” (CORONA, 1973, p. 10). Apesar dessa simples abertura, o Palácio do Governo estava longe de ser finalizado, pois ainda faltavam os Jardins, bem como as dependências administrativas, que estariam junto às ruas Duque de Caxias e General Auto, localizadas na parte oeste da edificação. Neste mesmo ano, foi iniciada a construção da Catedral da Matriz em substituição da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, localizada ao lado esquerdo do Palácio. Na imagem acima (figura 16) vemos a antiga Igreja da Matriz e a Capela do Espírito Santo ao seu lado.

Consta que nesse período foi construída uma escadaria que dava acesso ao primeiro patamar dos Jardins e um muro de arrimo junto à rua Fernando Machado, que é o limite da construção do Palácio do Governo (figura 17) na parte

sul da edificação. A sua fachada norte é voltada para a rua Duque de Caxias e a parte oeste para rua General Auto, denominada antigamente de rua de Belas.

Figura 17

Projeto de Maurice Gras – vista da rua Fernando Machado



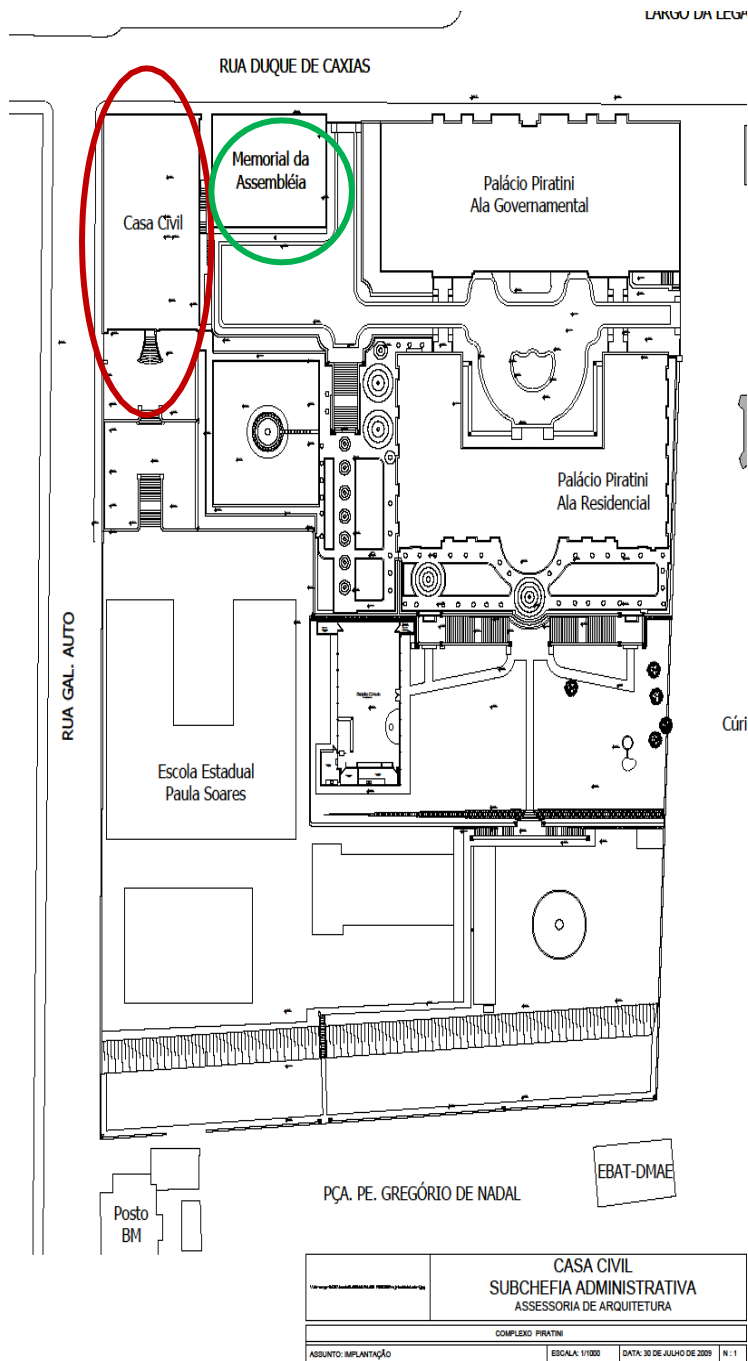
Projet d'exécution du Palais du Gouvernement de Rio Grande do Sul (Brésil). — M. GRAS, architecte.

Fonte: Les Salons D'architecture, Paris, 1922, p.14

Para dar continuidade ao projeto original de Maurice Gras, o atual Memorial do Legislativo do RS que está ao lado esquerdo do Palácio Piratini e o prédio da Casa Civil do Estado do RS³¹ (figura 18) teriam que ser postos abaixo. Neste local seriam construídas as dependências administrativas do Palácio do Governo e seus Jardins na parte posterior.

³¹ A Casa Civil do Governo do Estado foi criada em janeiro de 1954, pelo então governador Ernesto Dornelles. Na época, o órgão integrava a Secretaria do Governo, e tinha como atribuições estabelecer "a comunicação com as autoridades e com o público em geral; estudar e preparar e preparar o registro de todo o expediente que deva ser submetido à sua deliberação". Já em agosto de 1969, por meio de um decreto, a Casa Civil passou a integrar o Gabinete do Governador. Disponível em: <https://casacivil.rs.gov.br/historia-2016-11>. Acesso em: 02.11.2021.

Figura 18
Casa Civil do Estado do RS e Memorial Legislativo do RS



Fonte: Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini. 2019

Entre o Memorial do Legislativo do Estado do RS e o Palácio Piratini, localiza-se o gradil (figura 19) desenhado por Maurice Gras, que se constitui na única entrada de veículos para ambas as instituições.

Figura 19
Gradil do Palácio Piratini



Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Há uma ruptura na continuidade desses edifícios relativos aos departamentos que são da esfera estadual do governo (Palácio e Casa Civil do Estado do RS), com o Memorial do Legislativo no meio desses dois prédios. No espaço posterior a essa ala Administrativa onde estariam parte dos Jardins, foi construído em seu lugar o Colégio Estadual Paula Soares (figura 20).

Figura 20
Círculo vermelho ao redor do Colégio Estadual Paula Soares



Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Na lateral leste do Palácio, conforme o Relatório da Secretaria de Obras Públicas (1909) havia a rua D. Sebastião (figura 21), que ficava entre o Palácio Piratini e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Essa rua não existe mais, foi fechada ao público e o seu acesso se dá somente pela atual Catedral. Tratava-se de uma rua de pedestres, com uma grande escadaria que começava na rua Duque de Caxias, descendo até a rua Fernando Machado.

Figura 21
Escadaria da rua São Sebastião



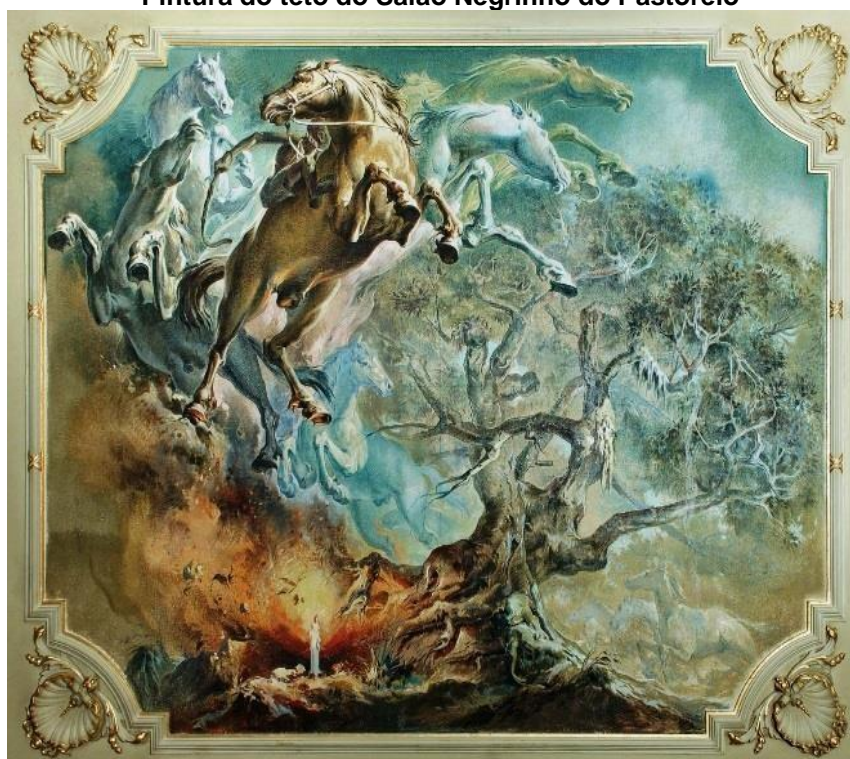
Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Os anos foram transcorrendo e cada gestor tentou finalizar uma etapa do projeto do Palácio do Governo. Contudo, com a construção do Colégio Estadual Paula Soares, a permanência do Memorial do Legislativo do RS e da Casa Civil do Estado do RS, houve um recorte na construção da área projetada para o Palácio Piratini. Nas décadas que se seguiram à abertura do Palácio Piratini em 1921, consta nos relatórios da SOP a compra de mobiliários, tapetes, louças, esquadrias, esculturas, enfim, objetos e trabalhos complementares para chegar ao término das obras.

O projeto do Palácio foi elaborado com o intuito de ter uma ala pública (a ala administrativa) e outra privada, que seria a moradia do governador (ala residencial). O primeiro político a residir no Palácio foi Getúlio Vargas³², quando em 1928 se elegeu governador do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, nem todos os governadores residiram no Palácio Piratini durante seus mandatos. Alguns optaram por morar em suas próprias residências e utilizaram a ala residencial como uma extensão da área administrativa. Hoje, o atual governador, Eduardo Leite, reside no Palácio Piratini.

Em 1951 foi contratado o italiano Aldo Locatelli para criar murais e pintar o teto de um dos principais salões do Palácio do Governo, que foi intitulado: Salão Negrinho do Pastoreio (figura 22).

Figura 22
Pintura do teto do Salão Negrinho do Pastoreio



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/arquiteturalaciopiratini/>.
Acesso em: 15.05.2021

³² Getúlio Vargas foi governador do Estado do RS e presidente do Brasil. Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>. Acesso em: 05.07.2020.

Na gestão de Ildo Meneguetti³³, em 1955, por sugestão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), o Palácio do Governo, que até então não possuía nenhum nome oficial, passou a ser chamado de Palácio Piratini. O discurso feito por Moyses Velinho, escritor, jornalista e político gaúcho exaltou a Revolução Farroupilha e falou um pouco sobre esta escolha:

[...] é que Piratini, nome que reúne em si mesmo todo o sonho republicano e federativo dos farrapos, é a própria síntese da história do Rio Grande nos seus ímpetos de afirmação liberal e de fidelidade à pátria maior (FERREIRA FILHO, 1983, [n.p]).

Nesse mesmo ano o governo do Estado pediu ajuda a funcionários de setores públicos para avaliarem várias telas, molduras e esculturas que estavam guardadas embaixo da escadaria principal da ala presidencial do Palácio Piratini, que haviam sido encomendadas na gestão de Borges de Medeiros. Após a avaliação dos profissionais, muitas foram designadas a museus públicos, como o Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre e o Museu do Município da cidade de Piratini. Algumas peças estavam muito deterioradas e foi sugerido o seu restauro, enquanto outras esculturas e bustos foram realocados para diferentes dependências do Palácio. Inclusive as telas já mencionadas o “Transporte dos Lanchões”, “Chegada dos açorianos” e o “Combate da Ponte de Azenha” não se encontram mais no Palácio Piratini, estão expostas na escola pública estadual do Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Nos anos seguintes foram feitas manutenções na edificação do Palácio Piratini. O único registro que menciona o plantio de espécies nos Jardins do Palácio, aparece na década de 1970. No livro do arquiteto Fernando Corona, intitulado “Palácios do governo do Rio grande do Sul: histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores.” Todavia, o autor não apresentou informações sobre a localização desses exemplares. De acordo com Corona (1973, p.15): “[...] quanto ao jardim, a maneira mais simples e nobre de embelezá-

³³ Ildo Meneguetti governou o Estado do Rio Grande do Sul de 1955-1959 e de 1963-1966. Disponível em: http://www.fug-rs.org.br/memoria_gov.php. Acesso em: 30. 10. 2021.

lo seria o plantio de árvores decorativas e outras a projetarem sombra [...]”. Segundo algumas informações, a primeira-dama do Estado do RS, Dona Neda Triches, em 1971 teria plantado: “[...] cinamomos para sombra e flamboyants com suas flores, palmeiras, *pinus-eliotis*, pau-brasil, do nosso Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o pé de tília procedente da Alemanha [...] (CORONA, 1973, p.15).

Há também menção sobre a construção de uma fonte e melhorias feitas nas escadas externas do Palácio Piratini, ainda na década de 1970. Essa ausência de informações dificulta a leitura desses espaços, no sentido de compreendermos suas transformações até os dias de hoje.

Os jardins podem ser considerados registros da passagem do tempo, da interação do homem urbano com a natureza, uma vez que:

[...] representam um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e na salvaguarda do espírito do lugar. Preservá-los não se trata apenas de cuidar de um legado do passado, mas de criar condições para novos bens que irão enriquecer a herança do futuro. (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.30).

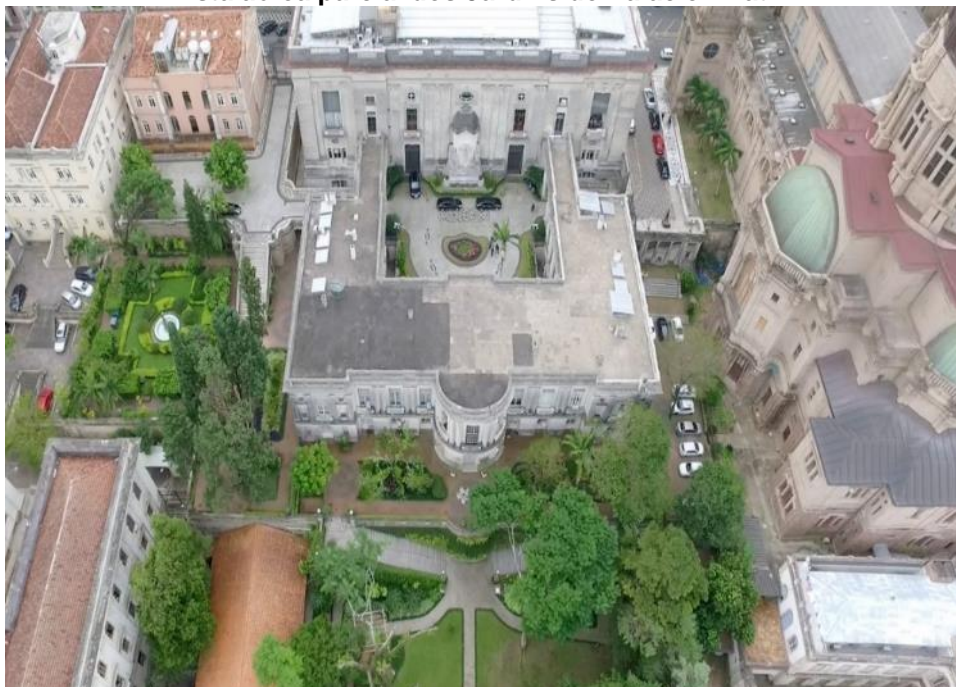
Podemos comparar um jardim a um documento, a um palimpsesto³⁴ que pode ser reescrito como outro texto, isto é, inserir novas espécies ou modificar seus canteiros. Todavia, apesar disso podemos entender que:

[...] en el jardín histórico, en el mismo lugar y en los mismos vegetales se encuentran rastros de trazas, intervenciones puntuales, transformaciones de diversas épocas, incorporaciones de pies vegetales, aportes de nuevos catálogos florísticos. Da ello al documento jardín un valor testimonial importante sobre el pasado del propio jardín y de las jardinerías de sus pasados (ROJO, PORCEL, 1999, p.142).

³⁴ Papiro ou pergaminho que contém vestígios de um texto manuscrito anterior, que foi raspado ou apagado para permitir a reutilização do material e a posterior sobreposição de um escrito. INFOPÉDIA. Palimpsesto: dicionários porto editora. dicionários Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/palimpsesto>. Acesso em: 01. 03. 2021.

Os Jardins Históricos do Palácio Piratini estão presentes nos cinco patamares da sede executiva do governo do Estado RS, porém o público não tem acesso a esses lugares. A visitação ao Palácio Piratini se restringe somente a ala governamental, ao pátio interno e em algumas visitações específicas a ala residencial. Eles somente são percorridos, se houver algum evento ou atividade educativa específica do governo que esteja na gestão do Estado.

Figura 23
Vista aérea parcial dos Jardins do Palácio Piratini



Fonte: Disponível em: <https://www.agenciapreview.com/palacio-piratini/>. Acesso em: 01. 02. 2021

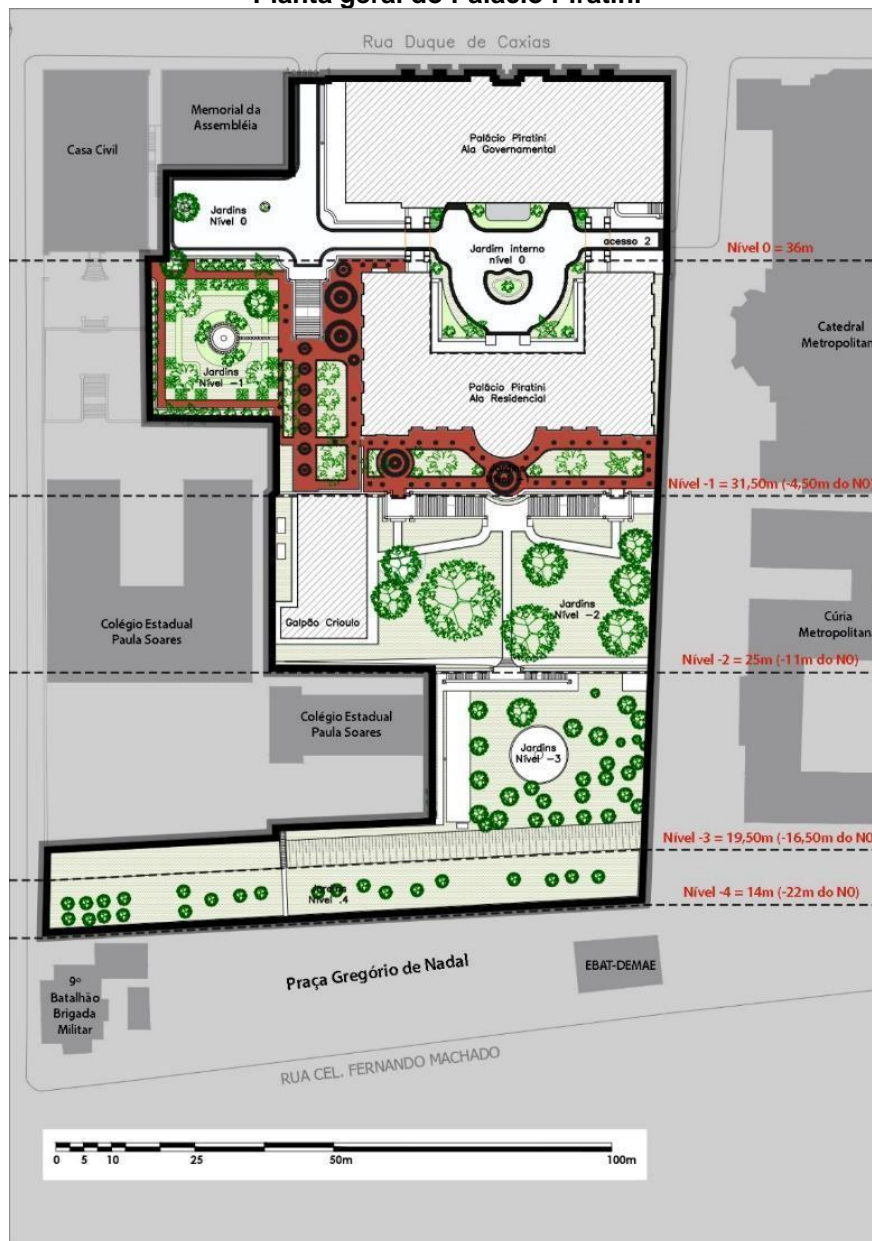
A trajetória do Palácio Piratini e seus Jardins está associada a um cenário de poder político, histórico, artístico e cultural. Os gastos realizados para a construção do Palácio do Governo, seus materiais importados, o concurso em Paris com vencedores pagos pelo primeiro e segundo prêmio nos quais seus projetos não foram utilizados, as pinturas encomendadas de renomados artistas brasileiros que não permaneceram na instituição e a contratação sem transparência do arquiteto francês Maurice Gras, são alguns dos fatores que me levou a refletir sobre a gestão do Estado do RS, em diferentes períodos com os recursos da população riograndense.

O projeto de *Monsieur Gras*, apesar do arranjo obscuro em que foi firmado, estava em sintonia com a ideologia política daquele momento, exemplar arquitetônico suntuoso e monumental. É um patrimônio cultural reconhecido, mas ainda restrito para apreciação de sua comunidade, uma vez que os Jardins são elementos indissociáveis do Palácio Piratini. E, para melhor compreendermos como foram implementados, apresentaremos uma breve descrição do edifício e seus patamares.

3 A LEITURA FRAGMENTADA DE UM PATRIMÔNIO

O edifício do Palácio Piratini é constituído por dois volumes, sob a forma de um paralelepípedo retangular, ou seja, possui seis faces quadradas, posicionado sobre o alinhamento da rua Duque de Caxias no primeiro patamar do terreno (figura 24).

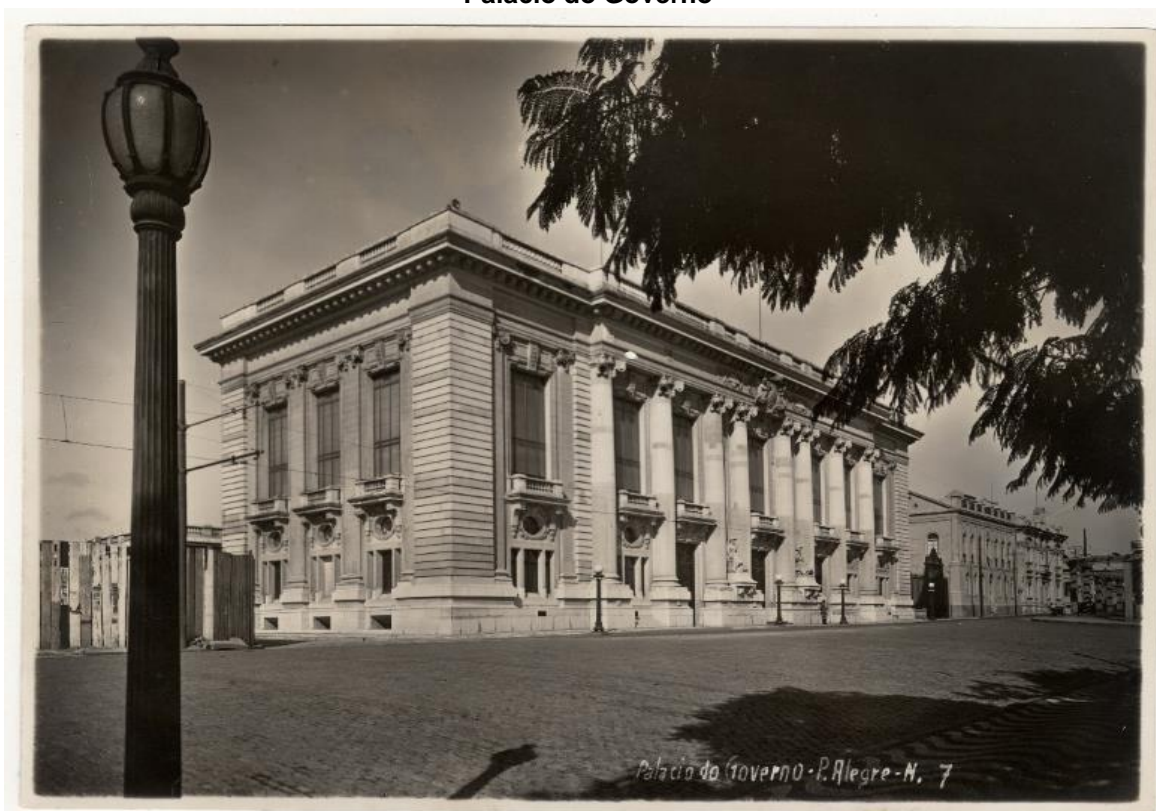
Figura 24
Planta geral do Palácio Piratini



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Trata-se de um exemplar da arquitetura neoclássica francesa, linguagem arquitetônica introduzida no Brasil desde o final do período colonial. Houve uma forte influência deste estilo arquitetônico após a transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro em 1808 e, com a vinda de vários artistas franceses em 1816, que ficou conhecida como a Missão Artística Francesa. A proposta neoclássica foi opção das elites econômicas e políticas para os edifícios institucionais desde o início do século XIX e ainda até a primeira metade do século XX (Bittencourt, 1990).

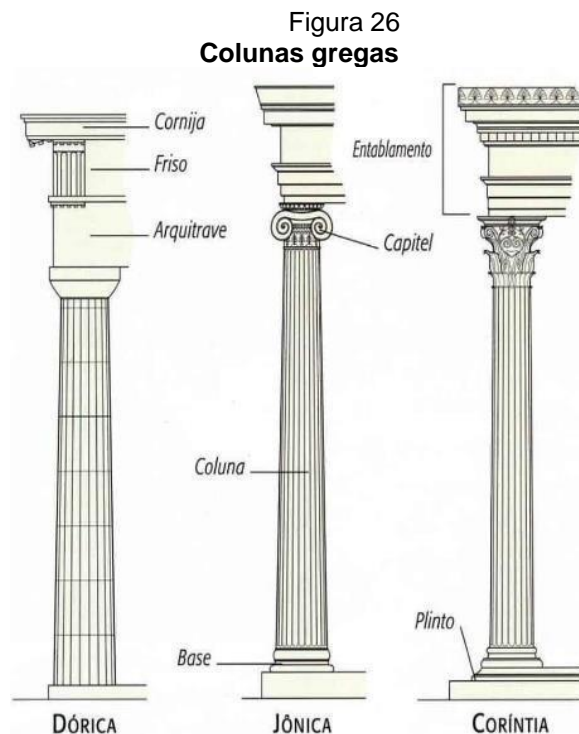
Figura 25
Palácio do Governo



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Joaquim Felizardo. Coleção: Dr. João Pinto Ribeiro Neto. Década de 1920. Autor desconhecido

A tipologia dos ambientes interconectados por corredores obedece ao padrão construtivo com uma composição ortogonal e simétrica de hierarquização dos espaços nobres. Em seus aspectos morfológicos, todo o edifício apresenta a típica configuração do neoclássico, com um volume composto por três partes:

embasamento³⁵, corpo e entablamento³⁶. Os elementos do repertório greco-romano (pilastras, balaustradas, colunas etc.) são empregados em estrita proporcionalidade em relação ao conjunto. A monumentalidade e imponência da fachada principal é decorrente da dupla altura marcada pelo conjunto de oito colunas jônicas e simetria central ressaltadas pelo acesso principal.



Fonte: Disponível em: <https://laart.art.br/blog/arquitetura-neoclassica/>. Acesso em: 08 agos.2021.

Possui em sua fachada simetria em composição tripartida, isto é, dividida em três partes de cada lado a partir do acesso principal do Palácio Piratini. Conforme Silva (2013, p.40) é possível que:

³⁵ Embasamento é a base de uma pilastra, ou de um rodapé de uma fachada, que está saliente do plano desta. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/?s=embasamento>. Acesso em 07. 08. 2021.

³⁶ Entablamento é o acabamento de uma fachada de edifício. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/?s=embasamento>. Acesso em 07. 08. 2021.

[...] a inspiração para o Palácio Piratini tenha vindo do *Petit Trianon*, localizado nos jardins de Versalhes, na França. Ambas as construções apresentam os mesmos elementos arquitetônicos: linhas geométricas bem definidas com ângulos retos, com pilastras jônicas (próprias de edificações monumentais), escadaria de honra na entrada principal, exemplares da arquitetura neoclássica francesa [...].

O projeto referencial do neoclássico foi o *Petit Trianon*, havendo nitidamente uma releitura direta no projeto de Maurice Gras para o Palácio Piratini.

Figura 27
Petit Trianon



Fonte: Disponível em: http://www.123rf.com/photo_12213264_le-petit-trianon-in-the-park-of-versailles-palace.html. Acesso em: 08. 06. 2021

As fachadas do Palácio Piratini apresentam revestimento em um tipo de argamassa de cal com pó de mica que lhe confere certo brilho. A utilização dessa argamassa, devido à carência de pedra maleável para esse efeito visual, é recorrente nos edifícios neoclássicos e protomodernos³⁷ do sul do Brasil. Em

³⁷ Arquitetura protomoderna é como se costuma chamar a produção arquitetônica do fim do século XIX e início do século XX que prenuncia, seja pelo ideário ou pelo resultado formal, a arquitetura

Porto Alegre esse revestimento, conforme Cruz (2011) é conhecido popularmente pelo nome de Cirex, segundo a tradição oral relacionada a uma fábrica que era especialista nessa técnica. Nos países vizinhos, Uruguai e Argentina denomina-se tal revestimento de *simil piedra*.

Figura 28
Fachada frontal do Palácio Piratini



Fonte: Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/44/Pal%C3%A1cio_Piratini_07.jpg/1024px-Pal%C3%A1cio_Piratini_07.jpg. Acesso em: 15.11.2021

Em termos construtivos o edifício representa a transição entre técnicas tradicionais e industriais. Apresenta essa característica com alicerces em pedra e alvenarias³⁸, portantes, entrespos em concreto, telhados em estrutura de madeira

moderna. Disponível em: <http://dicionario.sensagent.com/arquitetura%20protomoderna/pt-pt/>. Acesso em: 25. 07. 2021.

³⁸ Diferentemente da construção convencional, cuja finalidade é garantir o “fechamento” das áreas, delimitando os diferentes ambientes e fachadas, a alvenaria estrutural ainda funciona como a estrutura central para a estabilidade do edifício. Por exemplo, a construção convencional usa vigas de pilares que garantem esta sustentação, enquanto na construção estrutural a própria alvenaria (também chamada de “parede portante”) exerce essa função. Disponível em: Acesso em: 25. 07. 2021

e telha de cerâmica francesa ou de Marselha. Os vãos³⁹ dos pavimentos se distribuem entre as pilastras, os do andar térreo se constituem em aberturas divididas em três partes e, sobre as vergas⁴⁰ retas encontram-se janelas ovaladas com molduras florais (figura 29).

Figura 29
Janelas ovaladas



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Já os vãos do pavimento superior são de grandes proporções, o que confere leveza e transparência para toda a fachada, com suas sacadas com balaústres e molduras com aduelas⁴¹ ornamentais. No vão central, ou seja, o que está sobre o acesso principal, há um relevo com o escudo rio-grandense. Na

³⁹ Termo que define um espaço vazio, uma abertura numa parede, define também a distância entre os dois apoios de uma viga ou laje. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/>. Acesso em: 25.07. 2021.

⁴⁰ Termo que define uma viga flexível. Peça horizontal do guarnecimento de um vão, apoiada nas ombreiras de uma porta ou janela. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/>. Acesso em: 25.07. 2021.

⁴¹ São estruturas curvas de abóboda; tábuas que servem de guarnição às faces interiores dos vãos de parede. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/>. Acesso em: 25.07. 2021.

entrada do Palácio Piratini ou em seu acesso principal, entre pares de pilastras, localizam-se as esculturas da Agricultura e da Indústria (figura 30), obras de Paul Landovski, em granito. As esquinas do edifício apresentam aspectos almofadados que ressaltam a composição tripartida.

Figura 30
Escultura da Agricultura e da Indústria



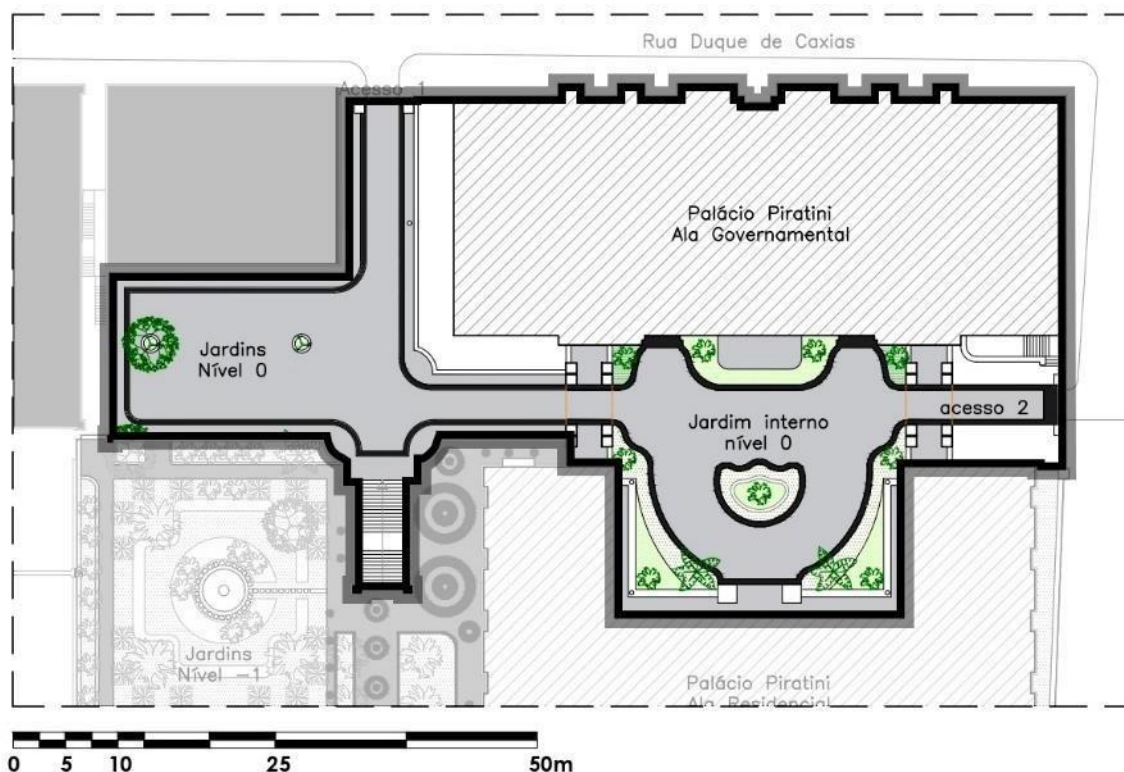
Fonte: Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/07/esculturas-do-autor-do-cristo-redentor-passam-por-minuciosa-limpeza-no-palacio-piratini-ckr440p7c000m0193o88a0q2q.html>. Acesso em: 06. 07. 2021

A seguir, serão apresentados os cinco patamares do Palácio Piratini. Cada patamar apresenta valores específicos e implementações diferentes do projeto original.

3.1 Primeiro patamar

No primeiro patamar, isto é, no primeiro volume do Palácio Piratini, no nível 0 da figura 31 estão localizadas a ala governamental (Palácio das Recepções) e a ala residencial (Palácio da Habitação). O primeiro volume, denominado de ala governamental destina-se às funções de trabalho. O segundo volume, a ala residencial corresponde à habitação do governador vigente, posicionada entre o primeiro e o segundo patamar.

Figura 31
Primeiro patamar



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Esse patamar apresenta dois setores, o pátio entre as alas governamental e residencial, intitulado de Jardim interno e o outro Jardim localizado na parte posterior, à esquerda da ala governamental, o qual denominamos como pátio de guarda. Este pátio de guarda é utilizado como área de estacionamento dos

veículos oficiais e policiais do Estado do RS, onde localizamos duas magnólias amarelas (figura 32 e figura 33).

Figura 32
Magnólia no pátio de guarda



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Figura 33
Placa de identificação da Magnólia

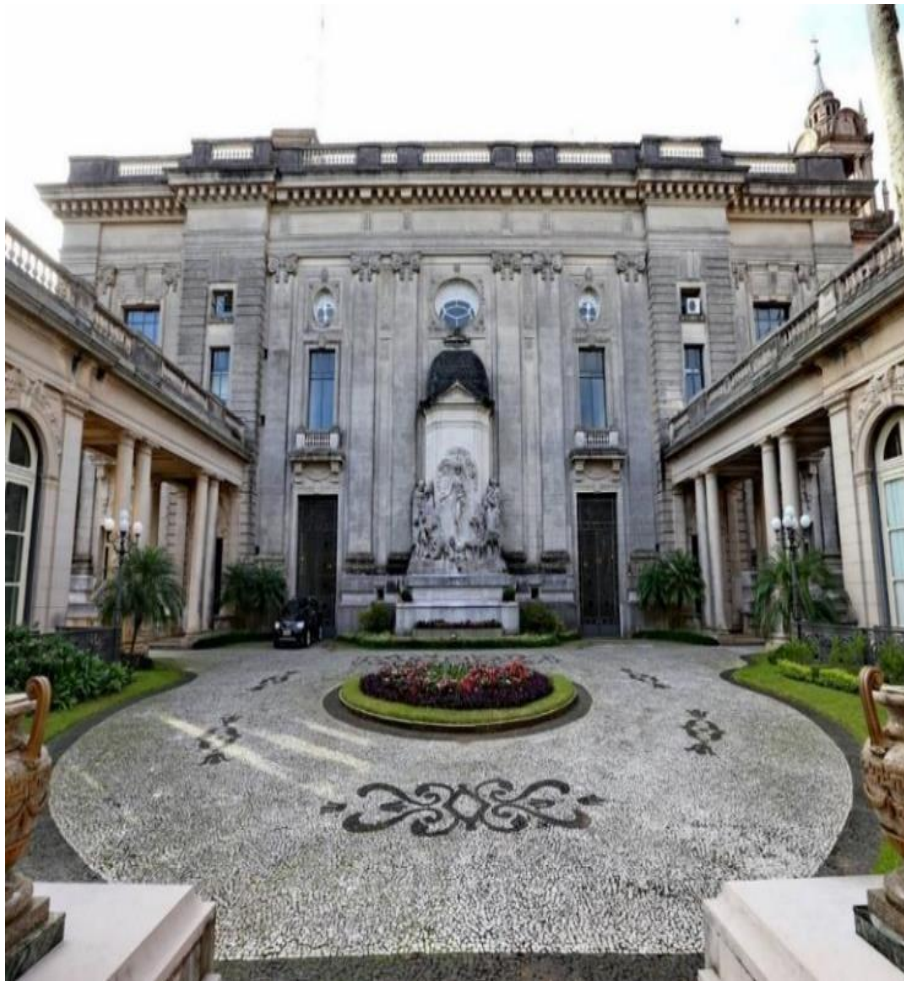


Fonte: Acervo pessoal, 2021

A parte inferior da ala residencial situa-se no segundo patamar, tendo sido construída com diferentes alturas. Em formato de um “C”, trata-se de um recinto no centro do lado leste da edificação, com duas passarelas cobertas que se comunicam com a ala governamental. Entre as duas alas ou entre os dois Palácios, está o Jardim interno ou pátio de honra com canteiros em formatos geométricos e vegetação baixa. O canteiro central está alinhado enfrente a escultura de Paul Landowski colocada no meio a fachada posterior da ala governamental. Esse pátio interno conecta a parte pública administrativa com a parte privada de moradia do Palácio do Governo: “Na fachada sul, sobre a rotunda da face posterior, voltada para o pátio interno, a residência do governador (anexa

ao Palácio), foi instalado um imenso conjunto pastoral intitulado “*Primavera*” (WEIMAR, 2003, p. 210).

Figura 34
Pátio interno



Fonte: Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/sede-do-governo-estadual-palacio-piratini-completa-95-anos-de-historia>. Acesso em: 05.02.2021

Nas laterais da escultura *Primavera* (figura 35) estão instalados dois vasos com pequenos arbustos, e, na base do monumento há um canteiro com forração vegetal de grama preta, grama esmeralda, clorofitos e dois pés de azaléias em suas extremidades. Em 2013 havia também quatro pés de *ficus* e algumas flores chamadas popularmente de *maria sem-vergonha* nas cores vermelho, rosa e branco.

Figura 35
Escultura Primavera



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Ao compararmos as fotografias abaixo de 2013 (figura 36) e 2019 (figura 37), percebemos mudanças nas espécies desses canteiros, assim como em outros ao longo dos Jardins. Em 2019 foram plantados nos vasos da lateral, buxinhos, na base do canteiro permanece a grama preta, os clorofitos e alguns exemplares de flores vermelhas conhecidas como alegria-dos-jardins.

Figura 36
Escultura a Primavera e canteiro em sua base



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Figura 37
Modificações no canteiro



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Em 2013 foi realizada uma limpeza do monumento escultórico *A Primavera*. Todavia, por falta de diálogo entre o setor responsável por essa ação e o setor de Gestão Ambiental, muitas plantas foram prejudicadas e outras destruídas (figura 38). O planejamento de ações como essa se faz necessário, já que as verbas são limitadas para cada setor do Palácio Piratini e, desse modo, um patrimônio não é preterido em relação a outro.

Figura 38
Limpeza da escultura “A Primavera”



Fonte: Acervo pessoal, 2013

O Jardim interno possui um canteiro central em formato de semicírculo com uma bordadura de grama esmeralda e pingo de ouro, isto é: “[...] uma fileira de plantas geralmente de porte baixo que marcam limites de um canteiro ou que se prestam para formar desenhos ou arabescos decorativos. São mantidas com seu porte natural ou por meio de podas cuidadosas” (LORENZI; SOUZA, 2001, p.25). No centro desse canteiro (figura 39), em 2019 foram plantados agapantos azulados e umas mudas do arbusto coração de Maria. Nesse patamar a

pavimentação é em pedra portuguesa⁴², com o fundo claro na cor branca e desenhos geométricos na cor preta.

Figura 39
Vista do terraço da Ala Governamental



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Em 2012 (figura 40) nesse mesmo canteiro havia cravos amarelos e laranjas, em 2013 (figura 42), amores-perfeitos brancos, lilás e amarelos com uma bordadura de erikas brancas. Até o momento não há registro de substituições de uma espécie por outra, quem as fez e quando foi realizada essa mudança. Ainda no pátio interno há canteiros diagonais nas laterais junto à ala residencial, cultivados com azaleias, crótons, erikas, coração de Maria, agapantos e a flor de mel.

⁴² A calçada portuguesa, ou mosaico português, ou ainda pedra portuguesa no Brasil, é o nome consagrado de um determinado tipo de revestimento de piso utilizado especialmente na pavimentação de passeios, de espaços públicos, e espaços privados, de uma forma geral. Este tipo de passeio é muito utilizado em países lusófonos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada_portuguesa. Acesso em: 04.03.2021.

Figura 40
Canteiro central em 2012



Fonte: Acervo pessoal, 2012

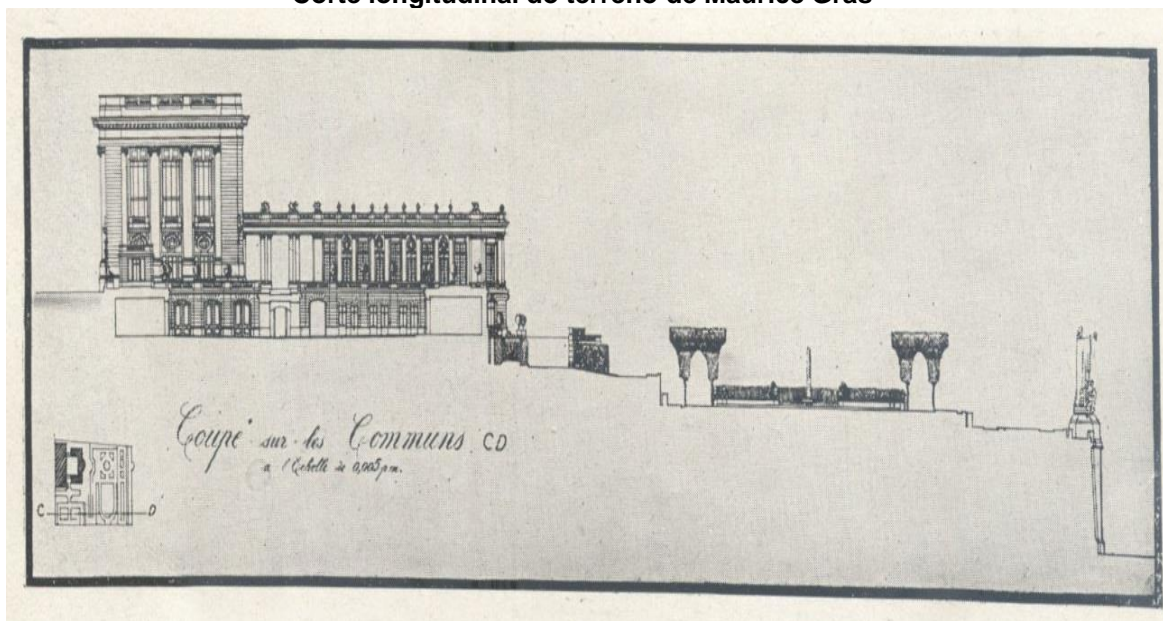
Figura 41
Canteiro central em 2013



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Há um exemplar de uma palmeira do lado esquerdo na entrada da ala residencial e alguns arbustos distribuídos nos canteiros laterais. Nesse primeiro patamar, onde estão a ala governamental, o pátio interno e a ala residencial, há um elevador na parte interna da ala residencial e uma escadaria na parte externa que desce ao segundo platô do complexo arquitetônico do Palácio Piratini. Na figura 42 percebemos a topografia acentuada do terreno.

Figura 42
Corte longitudinal do terreno de Maurice Gras



Fonte: Les Salons D' Architecture, Paris, 1922, p.16

Na década de 1970 foi feita uma alteração na escadaria (figuras 43 e 44) do segundo platô, já que:

[...] apenas contavam um metro de largura e foram largadas até o muro de sustentação existente, ou seja, três metros em cada degrau, proporcionando bem o conjunto. Simultaneamente, foram elevadas as balaustradas no mesmo estilo e com a mesma forma das colocadas no Palácio, com a diferença de serem de cimento em vez de pedra. (CORONA, 1973, p14.).

Figura 43
Vista de cima da escadaria



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Figura 44
Vista de baixo da escadaria



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Na citação acima são mencionadas as escadas com guarda copos com balaustradas em cimento (figura 45), construídas em 1970. Dois pares de luminárias em ferro ornamentam as pilastras no início e no fim da escadaria.

Figura 45
Guardacopos com balaustradas em cimento



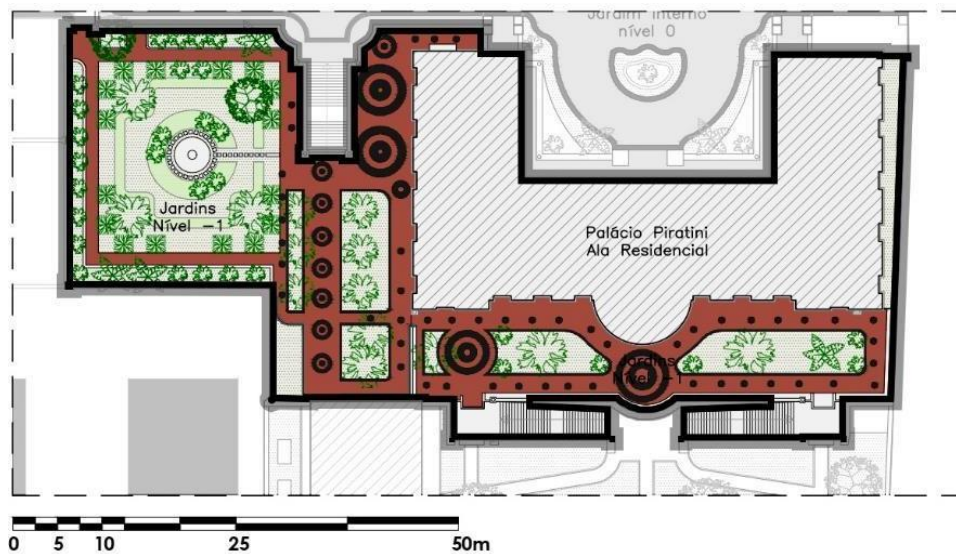
Fonte: Acervo pessoal, 2013

Seguindo o declive do terreno, nos dirigimos ao segundo patamar do Palácio Piratini, no Nível -1 da figura 46.

3.2 Segundo patamar

Nesse nível do terreno (nível -1) está o segundo andar da ala residencial e o começo de outro espaço dos Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Figura 46
Segundo patamar



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Ao descer a escadaria do primeiro pavimento do Palácio do Governo para o segundo, vê-se um eixo central com dois canteiros retangulares de larguras distintas, compostos em sua lateral por duas fileiras de ciprestes (figuras 47, 48 e 49).

Figura 47
Ciprestes em 2013



Fonte: Acervo pessoa, 2013

Figura 48
Ciprestes em 2019



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Figura 49
Ciprestes em 2020



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Alguns desses ciprestes caíram depois de grandes ventanias em 2014 e outros foram retirados por técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM) por apresentarem riscos de queda. Em 2012 havia muitas *bromélias* plantadas no centro de ambos os canteiros e dois vasos brancos plantados com *cicas* os quais ornamentavam o corredor entre os canteiros. Ao redor das bromélias havia clorofitos e depois uma camada de grama preta como forração do canteiro (figuras 50 e figura 51). Em 2019 e 2020, permaneceram poucas bromélias ao longo dos canteiros e não localizamos mais os vasos brancos. A substituição dessas espécies também não foi relatada em nenhum documento e, assim, sucessivamente em quase todas as áreas verdes do Palácio

Piratini foram realizadas alterações, substituições e supressões de diversas plantas.

Figura 50
Bromélias nos canteiros



Fonte: Acervo pessoal, 2012

Figura 51
Bromélia



Fonte: Acervo pessoal, 2012

A pavimentação desse patamar também é em pedra portuguesa vermelha, com desenhos em círculos negros de diferentes diâmetros ao longo do caminho.

À direita da escada, em meio ao Jardim desse patamar, configura-se um recinto com canteiros ortogonais e no centro está um estanque, de formato circular revestido com pastilhas na cor azul celeste, com um chafariz de ferro fundido da fundição Val d'Osne da França (ALVES, 2004, p.139). A estátua coroada com uma luminária representa uma antiga bailarina egípcia (figura 52 e 53). Está fixada em uma base cercada por carrancas que pelas bocas jorram água “[...] símbolo da transparência e da fecundidade [...]” (CAUQUELIN, 2007, p. 165).

A água nos jardins são fios condutores que conectam distintas experiências, seja através dos seus sons variados, do reflexo da luz solar em sua superfície ou das sensações que produzem na mente e nos corpos de seus visitantes: “[...] a água, para além do seu valor decorativo e animador do espaço, é essência vital para a existência de qualquer jardim, enquanto espaço construído com material vivo” (CARAPINHA, 1995, p.312).

Figura 52
Chafariz com azaleias floridas



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Figura 53
Chafariz da Bailarina Egípcia



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Durante o período que estagiei no setor da Gestão Ambiental dessa instituição, verifiquei que alguns funcionários chamavam a escultura da bailarina egípcia de a *Santa do Palácio Piratini*. Nas áreas pavimentadas há mobiliário que colabora com o caráter contemplativo. Esse espaço, por possuir bancos bem próximos à fonte, se constitui num local de relaxamento e descanso dos funcionários do Palácio Piratini no intervalo de suas jornadas de trabalho, “[...] o jardim oferece o asilo desejado” (CAUQUELIN, 2007, p. 63).

Em 2013 havia pedras dentro do chafariz, que serviam de suporte para as tartarugas que outrora viviam aí. Ao redor dele há canteiros com diferentes volumes de massa vegetal, podados em formatos simétricos ao estilo dos jardins franceses. Há também algumas árvores plantadas lá, como palmeiras, bananeiras, um pinheiro e outras espécies vegetais como o pingo de ouro e

azaléias (figura 54). Do lado esquerdo da figura 54, nota-se um muro baixo que faz a divisão entre o Colégio Estadual Paula Soares e o Palácio Piratini. À esquerda do eixo central desse patamar, do lado oposto ao chafariz da bailarina egípcia, na parte posterior da ala residencial, há canteiros com forração de flores, arbustos e algumas árvores nativas e exóticas

Figura 54
Vista aérea do chafariz da Bailarina Egípcia



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Nesse canteiro visualizamos alguns *crótons*, arbustos que podem apresentar tons avermelhados e amarelados. A vegetação mais escura é a espécie *pleumeli*, a verde mais clara não foi identificada e, grama preta na borda de todo o canteiro (figura 55).

Figura 55
Canteiro à direita do segundo patamar

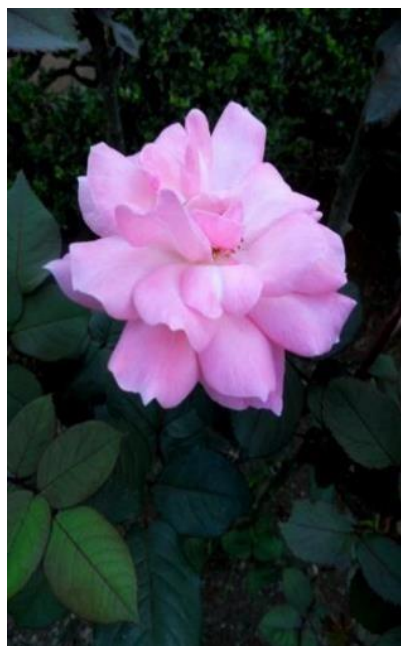


Fonte: Acervo pessoal, 2020

Em 2013 viam-se lá diversas roseiras, que não foram mais localizadas em 2019 e 2020, durante as visitas de campo realizadas para esta investigação (figura 57 e figura 58). Contudo, Corona (1973, p.15) salienta que na gestão do governador Euclides Triches (1971 a 1975) existiam “[...] muitas roseiras a colorir e perfumar ambiente tão acolhedor”.

Figura 56
Rosa do canteiro da Ala Residencial

Figura 57
Roseira preferida do jardineiro Edson



Fonte: Acervo pessoal. 2013



Fonte: Acervo pessoal. 2013

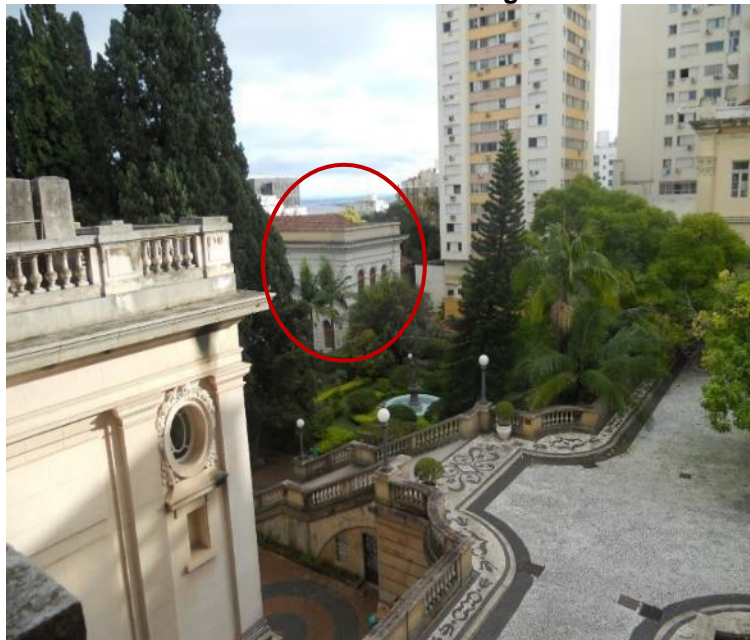
Nos jardins, além da contemplação através do olhar que percebe diferentes cores, formatos das folhas, caules e troncos, o olfato nos remete a múltiplas sensações, visto que:

[...] um cheiro específico nos faz reentrar de modo inconsciente um espaço totalmente esquecido pela memória da retina; as narinas despertam uma imagem esquecida e somos convidados a sonhar acordados”. (PALLASMAA, 2018, p.51).

Os Jardins do segundo patamar do Palácio Piratini, por estarem situados na parte posterior da ala residencial, possuem um certo arranjo paisagístico, que são mantidos pelos jardineiros. Nele, em uma área que seria destinada aos

Jardins do Palácio Piratini foi construído o Colégio Estadual Paula Sores, demarcada pelo círculo vermelho na figura 58.

Figura 58
Círculo vermelho ao redor do Colégio Paula Sores



Fonte: Acervo pessoal, 2012

Descrevendo esses Jardins palacianos, surgiram outros questionamentos além dos propostos para este trabalho. Entre eles, que justificativa teria tido o governo do Estado para construir um colégio no espaço que fazia parte do Palácio Piratini? Por que não concluir o projeto de Maurice Gras? Trata-se de decisões políticas que impactaram na concepção final da sede executiva do Governo do RS.

Entre o segundo e terceiros patamares, há uma escada de dois lances, acompanhando a axialidades e simetria da fachada posterior da ala residencial. Na ala residencial, assim como na ala governamental, um terraço permite que se aviste o terceiro patamar do Palácio Piratini (figura 59).

Figura 59
Vista do terraço da Ala residencial



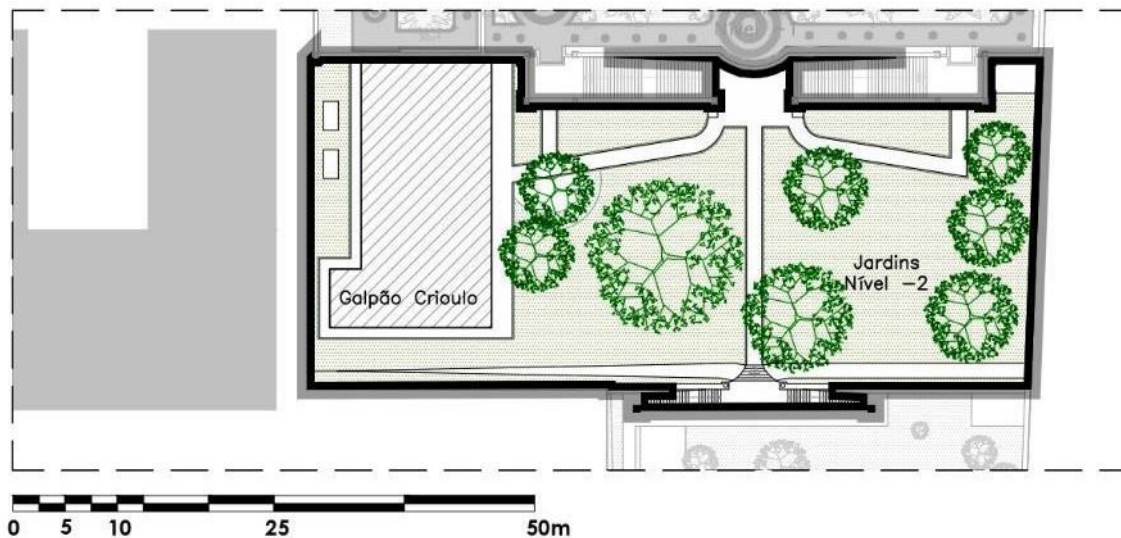
Fonte: Acervo pessoal, 2013

Descendo as escadarias, vamos em direção ao terceiro platô. Nessa caminhada pode-se perceber a diversidade das espécies vegetais, sentir a brisa soprando em nossos corpos, assistir a coreografia dos galhos das árvores a se balançarem sincronizados com os sons variados dos insetos e dos pássaros. Desse modo, há uma espécie de amálgama que nos une à natureza e nos envolve nessa dimensão sensorial.

3.3 Terceiro patamar

O terceiro patamar é o de maior área e o que apresenta a vegetação de grande porte sobre a parte gramada ou diretamente na terra. As circulações estão demarcadas por canteiros estreitos ao longo do caminho que possuem forração vegetal.

Figura 60
Terceiro patamar



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Nesse espaço há um eixo central que divide os Jardins em duas partes, onde se encontram plantados *guapuruvus*, jabuticabeiras, *pernas-de moça*, paineiras, cinamomos, entre outras espécies (figura 61).

Figura 61
Escadas sinalizadas pelas setas e eixo central pelo círculo



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Embaixo das escadas há uma área coberta onde atualmente se localizam dois banheiros, um masculino e outro feminino. Seus vãos foram modificados e sua atual configuração não agrega valor artístico.

Algumas árvores (figura 62 e figura 63) ao longo dos Jardins são identificadas por placas, onde constam seus nomes científicos e populares, bem como as suas origens. Trata-se de uma sinalização feita por meio de uma parceria com o Jardim Botânico de Porto Alegre, instituição científica que desenvolve pesquisas nacionais e internacionais. Além da preservação de biodiversidades vegetais, realiza atividades educativas e, é definida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) como um museu, por ser:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007, doc. eletr.).

Figura 62
Árvore perna-de-moça



Fonte: Acervo pessoal. 2019

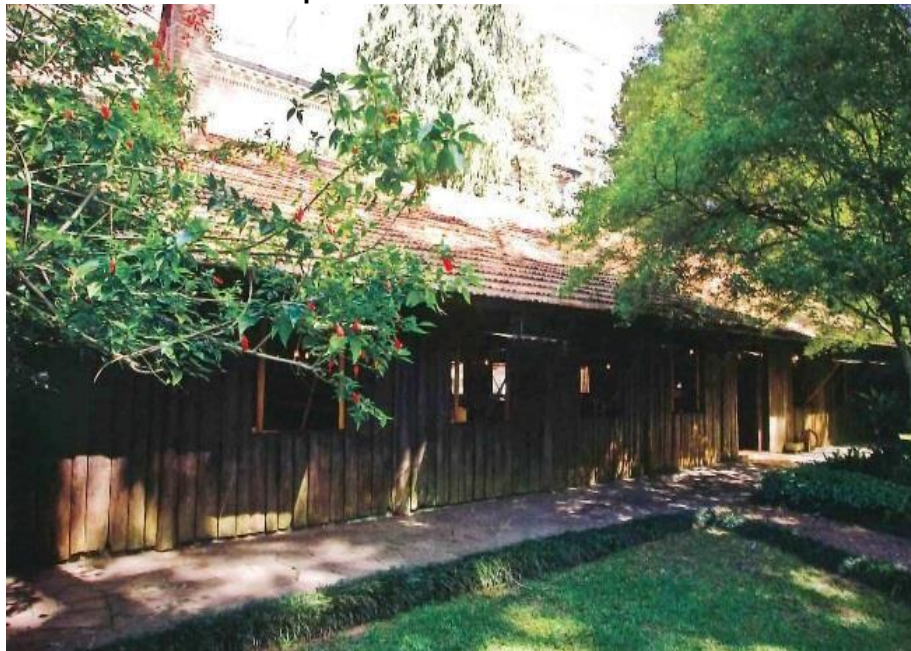
Figura 63
Árvore Ingá



Fonte: Acervo pessoal. 2019

Na década de 1970, à direita desse patamar foi erguido um Galpão Crioulo, com a justificativa de que, segundo Corona (1973, p.15) “[...] o governador, resolveu construir um lugar aprazível e acolhedor num recanto do jardim do Palácio, um galpão típico como réplica apurada dos tradicionais abrigos de nossas fazendas”.

Figura 64
Galpão Crioulo nos anos 2000



Fonte: Disponível em:

<https://www.facebook.com/arquiteturapalaciopiratini/photos/pcb.1054678581211678/1054669674545902>

Com essa nova edificação, que não estava prevista no projeto original, mais um espaço dos Jardins foi suprimido. Essa construção não qualifica o espaço, sua arquitetura não é condizente com a do Palácio Piratini, nem possui qualquer valor artístico, porém, já está incorporada a história da Instituição. Perto da entrada do Galpão há um pergolado coberto por vegetação pendente e, embaixo dessa estrutura encontra-se a escultura *O Negrinho do Pastoreio*, do escultor Vasco Prado⁴³.

⁴³ Vasco Prado Gomes da Silva (Uruguaiana, Rio Grande do Sul, 1914 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1998). Gravador, escultor, tapeceiro, ilustrador, desenhista, professor. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7486/vasco-prado>. Acesso em: 10.01.22.

Figura 65
Pergolado



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Figura 66
Escultura do Negrinho do Pastoreio de 1947



Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Do lado esquerdo do Jardim há um poço artesanal desativado e uma área de fruição com alguns bancos distribuídos pelo local.

Figura 67
Poço artesanal



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Figura 68
Bancos do Jardim



Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Quando se adentra um jardim, a sua fruição permite que a mente se desconecte dos pensamentos, e, aos poucos, nossa materialidade corpórea se dissipa e nos envolvemos com o espírito do lugar. Ao invés de simples espectadores, nos tornamos parte dele. Esses lugares, segundo Assunto (apud REKER, 2015, p.217) podem ser sentidos como:

[...] um espaço absolutamente distinto dos outros espaços, simultaneamente pensamento e sentimento, não já mera exterioridade, uma vez que, ao ser sede de movimento de interiorização do exterior e de exteriorização da interioridade, o espaço se torna lugar.

No período de 2012 a 2014, nesse patamar foram realizadas mediações e palestras para os professores da rede estadual de ensino (figura 69) que participaram da ação educativa *Educação ambiental e patrimonial no Palácio Piratini*, do Setor de Gestão Ambiental, que será mais bem detalhada na descrição do último patamar do Palácio Piratini.

Figura 69
Professores nos Jardins do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Muitos políticos e convidados dos governadores em exercício frequentam o Galpão Crioulo e os Jardins do Palácio Piratini, locais onde são realizadas reuniões e comemorações oficiais do Estado do RS. Trata-se de espaços de lazer e fruição, que são frequentados somente por pessoas selecionadas pelos gestores da instituição.

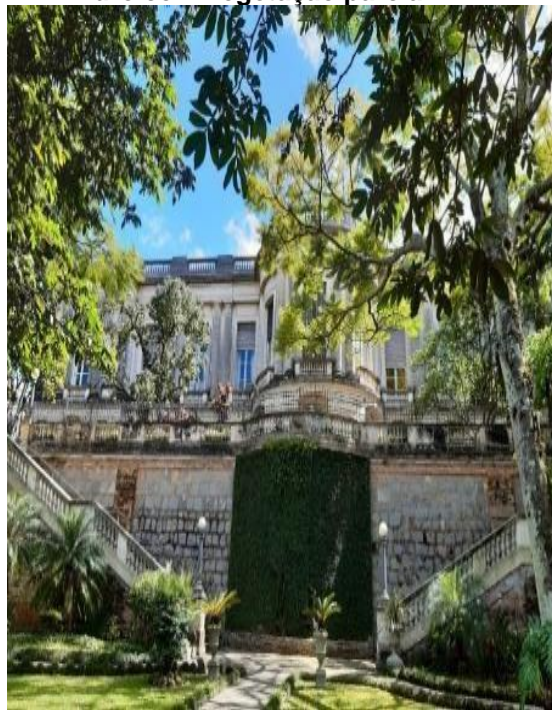
Junto às escadas desse patamar havia até 2014 uma vegetação que cobria toda a extensão da parede de muro de arrimo, porém em 2019 só permanecia visível em sua parte central. O muro não possui qualquer revestimento de cobertura, e sua vegetação era mantida através de podas durante anos, o que mimetizava a parede junto aos Jardins, mantendo em harmonia as dimensão horizontal e vertical do patamar. Hoje, nosso olhar é interrompido pela descontinuidade da camada vegetal que antes existia.

Figura 70
Muro com vegetação



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Figura 71
Muro com vegetação parcial



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Ao fundo do patamar pode-se perceber a parte mais sombreada dos Jardins, em que foram plantadas árvores com grandes copas e, entre elas muitos

abacateiros e paineiras. Dele, ao se seguir o declive do terreno, chega-se ao quarto platô.

3.4 Quarto patamar

O quarto patamar tem formato quadrado com uma extensão retangular, devido ao recorte da área para a construção do Colégio Estadual Paula Soares. É em sua totalidade uma área gramada com passeios de circulação perimetral e duas grandes paineiras. Nele há uma escada do mesmo formato que a do patamar anterior, porém de menores dimensões.

Figura 72
Quarto patamar



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Essas escadas que chegam ao quarto patamar são diferentes das dos outros, bem mais estreitas e sem acabamento (figura 73). Existem banheiros ao centro, um depósito para armazenar as ferramentas dos jardineiros na parte mais à esquerda da imagem e na porta da direita existia uma área de descanso para os jardineiros. Contudo, nesse lugar não havia aberturas ou condições salubres para tal fim, e hoje foi desativado.

Figura 73

Escadas sem acabamento e entrada de banheiros

Fonte: Acervo pessoal, 2019

Do lado direito havia um viveiro em que os jardineiros cultivam mudas de algumas espécies para reposição. Porém trata-se de um local praticamente desconhecido pela maioria dos funcionários e políticos do Palácio Piratini, e seus canteiros não são organizados espacialmente, nem possuem qualquer composição artística ou manutenção. Todavia, deve ser salientado que:

Muitas vezes, é nos jardins dos antigos palácios e museus que podemos perceber, dentro de nós, a verdadeira preservação da memória, processo inacabado, sem qualquer encenação ou inverdade. Embora as árvores de antes já não estejam ali, ainda podemos ver árvores, novas ou velhas, descendentes ou não das sementes deixadas pelas de outrora (SOARES, 2008, p.2).

Durante a década de 1970, a primeira-dama do Estado RS, Dona Neda Triches realizou diversas obras nos Jardins do Palácio Piratini, além do plantio de inúmeras árvores, arbustos e flores. Por sua solicitação, seguindo o projeto original, foi construída uma fonte no centro deste patamar (figura 74). Para que “[...] as águas calmas pudessem refletir os reflexos transparentes dos elementos em redor projetados pela luz solar” (CORONA, 1973, p.14), que está desativada há décadas.

Figura 74
Fonte desativada



Fonte: Acervo pessoal, 2012

Na saída de campo realizada em 2020, próximo ao antigo viveiro pude constatar que a Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini estava construindo um Atelier temporário de restauro para objetos e adornos do Palácio Piratini. Entretanto, ao se pensar no restauro dos inúmeros bens móveis tombados da instituição, o que inclui lustres, mobiliário, têxteis, porcelana, as balaustradas de diferentes locais da edificação, dentre outros, sempre haverá objetos que necessitem de restauro e/ou manutenção.

Figura 75
Início da construção do Atelier



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Figura 76
Obra do Atelier de Restauro



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Para os órgãos de proteção do patrimônio público nacional, o IPHAN e estadual IPHAE, os bens móveis do Palácio Piratini são em uma escala de valor mais significativos que os Jardins Históricos do Palácio Piratini? É de grande relevância se pensar no restauro dos bens móveis tombados, mas, para que esses sejam preservados é necessário subtrair mais uma parte dos Jardins?

Caso os Jardins Históricos do Palácio Piratini sejam restaurados num futuro, o Atelier de restauro será retirado do local em que foi construído? Ou a restauração somente ocorrerá em uma parte dos Jardins, não em todos os patamares? De acordo com a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, os jardins “[...] devem ser encarados como ambientes agenciados superficialmente, cujos elementos vivos e seu equilíbrio natural devem ser igualmente preservados” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 7).

Quando se restaura uma obra de arte, de acordo com Brandi (1963) é necessário pensar no tempo em que foi criada a obra de arte, o reconhecimento dessa obra de arte na concepção de quem a valoriza e, o intervalo entre esses períodos. Se o Palácio Piratini é considerado uma obra de arte, a própria edificação, os bens móveis tombados e seus jardins fazem parte de um bem cultural que é reconhecido pelos órgãos de proteção do patrimônio nacional e estadual. É importante que se façam tais questionamentos a respeito das atuais ações de preservação de alguns bens em detrimento de outros. Cabe salientar que um jardim histórico é um “[...] documento cultural que se renova e se deteriora, e que com a ação humana descuidada pode comprometer o significado ou o testemunho futuro” (ANDRADE, 2008, p.141).

No Palácio Piratini já foram restauradas as pinturas de Aldo Locatelli, suas fachadas e alguns bem móveis. Caso os Jardins do Palácio venham em algum momento serem percebidos como parte dessa obra de arte que necessitam ser restaurados, salientamos conforme Delphim (2021, p.10) que:

[...] restaurar não é tão-somente uma tentativa de retorno ao passado, um voltar atrás à cata de elementos que permitam devolver ao aqui-agora, relíquias legadas pelo passado e alteradas pelo tempo, pela natureza e pela ação dos homens.

Esse regresso é impossível: de nada vale o empenho dedicado à tentativa de restituir o que quer que seja, a um tempo que não mais existe. [...] o que permanece são fragmentos de algo muito maior que, mesmo que se tenha conservado em grande parte, não mais existem, como outrora, em sua inteireza.

O autor destaca que a tentativa de se restaurar uma obra de arte não reflete o momento de sua criação ou num jardim de outrora. As marcas do tempo fazem parte da trajetória desse bem cultural e não devem ser apagadas. O jardim inicial nunca será mais o mesmo, as árvores cresceram, novas plantas foram surgindo, mas a intencionalidade do espaço, o formato de seus canteiros, a escolha de suas espécies, os vazios planejados podem ser evocados, porém sem recompor integralmente o passado.

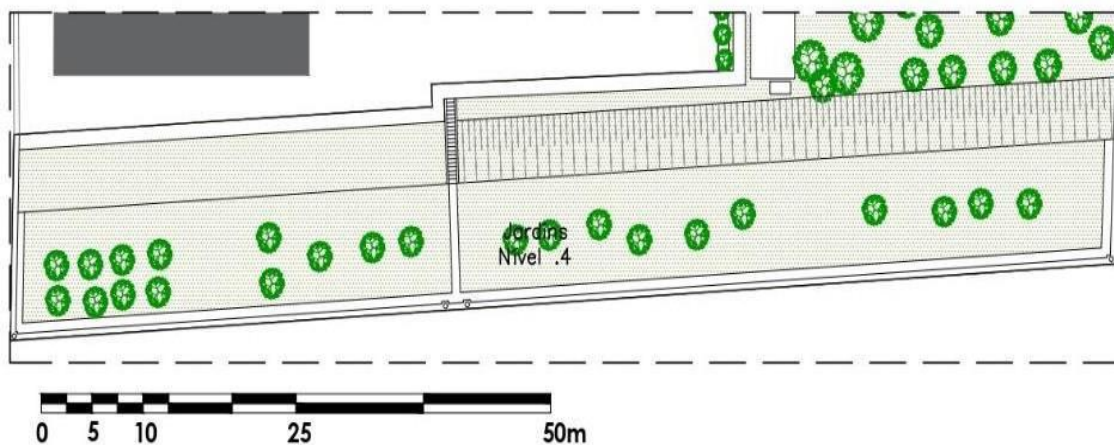
O quarto patamar é o que mais perdeu área do Jardim para outras edificações, para o Colégio Estadual Paula Soares e agora para o Atelier de Restauo, mesmo que seja temporário. Trata-se de um lugar agradável, rodeado por árvores, muita sombra e com a fonte em seu centro.

Daqui, passar-se-á para o quinto e último patamar do Palácio Piratini, que já foi uma horta e hoje é um gramado.

3.5 Quinto patamar

Este patamar é a parte sul do Palácio Piratini, que faz limite com a Praça Padre Gregório Nadal, situada na rua Coronel Fernando Machado e à leste, com a rua General Auto. Dando continuidade à descrição dos Jardins do Palácio, neste podem ser identificados uma cisterna, abacateiros e um conjunto de doze palmeiras dispostas ao longo do terreno, que se intercalam linearmente, separando a parte gramada do alinhamento junto a rua Coronel Fernando Machado. Atualmente este patamar apresenta um aspecto de abandono.

Figura 77
Quinto patamar



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Os Jardins do Palácio Piratini são praticamente invisíveis da via pública, a não ser pelo espaço que faz limite sul com as ruas Fernando Machado e General Auto. Nesse local, entre os anos de 2011 até o ano de 2013 foi construída uma horta orgânica (figuras 78 e 79) que “[...] é também um jardim. Os franceses dão-lhe o nome de *jardin-potager* e, nele, a finalidade utilitária não exclui as qualidades estéticas.

Figura 78
Horta do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal, 2011

Figura 79
Canteiros da horta do Palácio Piratini



Fonte: Acervo pessoal, 2012

As hortas não são inferiores a um jardim de flores e como tal devem ser vistas, sentidas e cuidadas (DELPHIM, 2009, p.65). A construção da horta estava atrelada à ação educativa denominada “Educação Ambiental e Patrimonial no Palácio Piratini”, realizada pelo setor de Gestão Ambiental e o setor de Patrimônio Histórico do Palácio Piratini.

A atividade foi realizada por profissionais e estudantes que trabalhavam naqueles setores, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS e da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER-RS/ASCAR). Um dos objetivos do projeto educativo era a realização de oficinas e palestras sobre noções patrimoniais e ambientais para professores da rede pública do Estado do RS. Foram distribuídos para os professores um material didático (figura 80) realizado pela equipe da Gestão Ambiental. Nele constava um breve histórico do Palácio Piratini com suas obras de artes e a explicação dos módulos de agroecologia que seriam ministrados no decorrer do curso.

Figura 80
Material didático



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Após essa formação, os educadores eram incentivados a levarem seus alunos a conhecer o Palácio Piratini e a construírem hortas orgânicas em suas escolas. O projeto de Ação Educativa considerava que as hortas poderiam ser instrumentos pedagógicos para a alfabetização ecológica e um estímulo para os alunos terem uma prática de cidadania ambiental. A ação educativa começava com a mediação pelo Palácio Piratini, nas alas governamental e residencial, passava pelos salões nobres, gabinete do governador, oratório, descia para os Jardins e se dirigia até o quinto e último patamar do complexo arquitetônico. O foco ambiental era a horta agroecológica, com canteiros em formato de mandalas, horto medicinal, composteira e minhocário.

Figura 81
Horta orgânica



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Durante o percurso até a horta, os participantes da oficina e os alunos ficavam surpresos em conhecer esses Jardins que não estão acessíveis ao

público em geral. Entre as justificativas para realização desse projeto educativo, cita-se:

[...] é grande o contingente de cidadãos que desconhece o endereço do Palácio Piratini e até mesmo sua existência. Intensificar o número de visitas guiadas e proporcionar atividades culturais são medidas que efetivarão essa proximidade. Pensamos que esta “abertura do Palácio” permitirá uma horizontalização da relação entre o poder executivo e o povo do Rio Grande do Sul por ele representado. Participar de atividades culturais dentro do Palácio do governo é também participar deste mesmo governo (PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA, 2011, p.4).

No último patamar dos Jardins Históricos do Palácio Piratini, junto à horta, foram plantadas cerejeiras (figura 82), com mudas doadas pelo Consulado do Japão em 1970. Entretanto, nas últimas saídas de campo realizadas nos anos de 2019 e 2020, elas não foram mais localizadas. As cerejeiras, as roseiras, os espaços vazios dos Jardins, aos poucos estão desaparecendo, sem que seja feito qualquer registro dessas mudanças e informações sobre seu eventual replantio.

Além dessa atividade educativa, a horta abastecia a cozinha do Palácio Piratini, e muitos jantares oferecidos a líderes governamentais e refeições diárias do governador daquela gestão foram preparadas pelos funcionários desse setor que utilizaram os alimentos produzidos nessa horta.

Figura 82
Cerejeiras em flor



Fonte: Acervo pessoal, 2012

A ideia do Jardim Horta do Palácio Piratini foi uma iniciativa de cunho educativo, com a finalidade de promover a educação ambiental e patrimonial da Instituição. Contudo, o projeto realizado visou atender somente o quinto patamar dos Jardins do Palácio, cujo espaço foi tratado isoladamente dos outros quatro patamares, sem haver conexão com os demais. A horta atualmente está desativada. Além disso, o Setor de Gestão Ambiental do Palácio Piratini também elaborou um projeto para o governo do Estado do RS transformar a sede executiva em Museu público, porém, não houve segmento dessa ideia.

No final desse patamar, junto ao muro de arrimo com a Praça Padre Gregório Nadal, há um portão e uma escada que os interligam, sem que haja uma câmara no local ou qualquer circuito interno de proteção. Essa passagem seria uma possibilidade de um segundo acesso ao Palácio Piratini para seus funcionários e fornecedores. Permitiria por um lado melhorar a funcionalidade do complexo governamental e de outro, uma maior utilização desta área pública, já que a praça não possui uma boa iluminação.

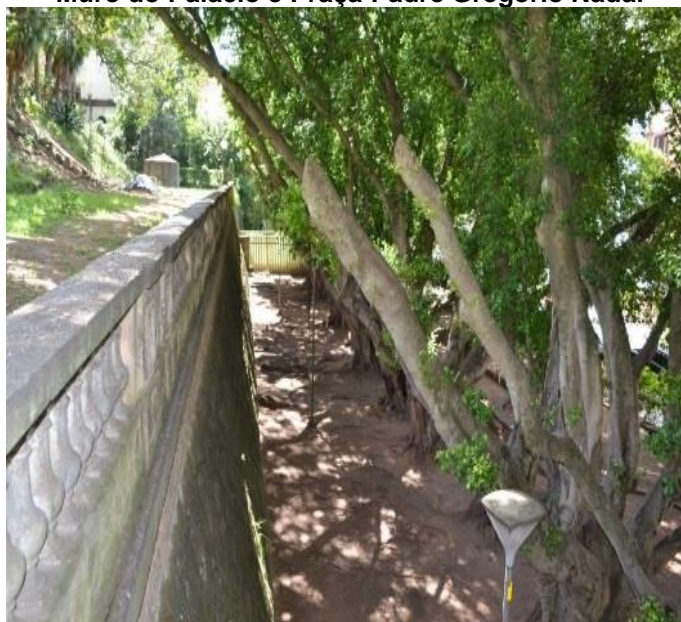
Figura 83
Portão do Palácio na Praça Padre Gregório Nadal



Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Um aterro de pedra define o perímetro do terreno com o espaço público, a praça Padre Gregório Nadal apresenta um grande conjunto de treze fícus que chegam até o muro do Palácio Piratini, adentrando o espaço deste patamar conforme a figura abaixo:

Figura 84
Muro do Palácio e Praça Padre Gregório Nadal

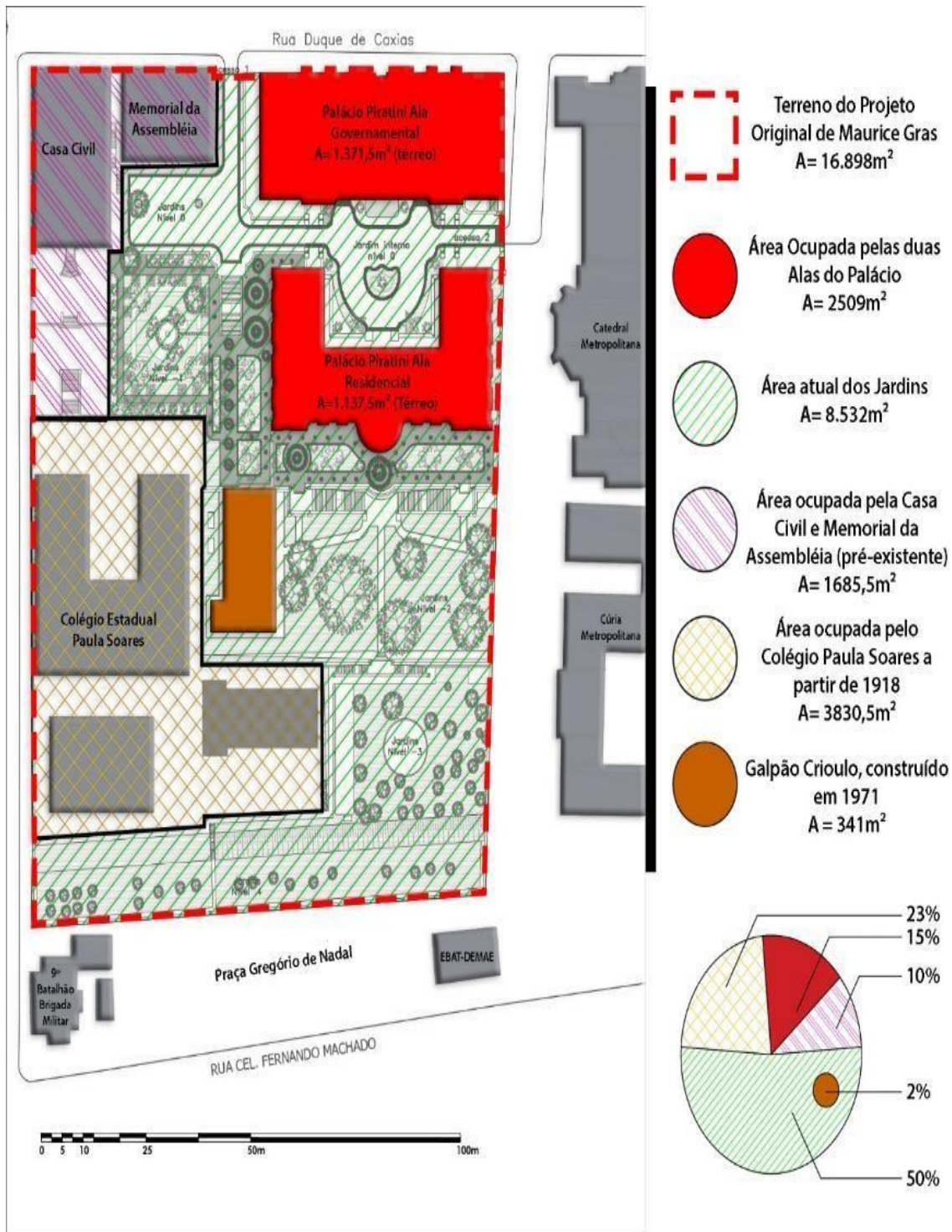


Fonte: Acervo Luísa Duran, 2020

Desse modo, aqui foram analisadas as estruturas dos Jardins do Palácio Piratini com as configurações dos pátios e patamares, instalações, escadas e a vegetação de grande porte. Foram considerados os elementos removíveis e/ou que não são permanentes, tais como a camada vegetal, gramados, plantas, esculturas, mobiliário, material dos pavimentos, os rebocos das fachadas que limitam os espaços, entre outros elementos. A narrativa de cada patamar revela que não há um Jardim Histórico do Palácio Piratini, com os mesmos elementos idealizados por Maurice Gras. Trata-se de um conjunto de cinco cenários distintos entre si, com patamares divididos em partes não subordinadas ao todo. Em cada patamar, isto é, em cada recorte do Jardim Histórico do Palácio Piratini há um *espírito do lugar* (2008), cada qual com estilos diferentes.

Para melhor visualização desse cenário patrimonial, apresento na figura 85 os recortes e subtrações dos Jardins Históricos do Palácio Piratini:

Figura 85
Áreas do Palácio Piratini



Fonte: Kauã Oliveira (a partir da planta da Assessoria de Arquitetura do Palácio Piratini), 2021

Se considerarmos o projeto de Maurice Gras, vemos que a área disponível para o palácio e os jardins era de 16.898 m² originalmente. Destes não foram executadas as benfeitorias de cerca de 5.536 m², representando uma perda total inicial de cerca de 33%. Na figura acima, através do gráfico com as porcentagens do terreno original, percebe-se que o Colégio Estadual Paula Soares e o Galpão Crioulo ocupam vinte e cinco por cento de uma área que faria parte dos Jardins do Palácio Piratini.

Atualmente os Jardins ocupam cinquenta por cento do Palácio, porém, pelo projeto original, eles deveriam compor setenta e cinco por cento da área total da sede executiva do Estado do RS. Ou seja, foram-lhe subtraídos vinte e cinco por cento de gramados, arbustos, árvores, flores, de lugares para o deleite. Como seriam hoje esses jardins? Eles teriam labirintos? Quais seriam os formatos de seus canteiros? Outros questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa.

A descrição dos patamares se fez necessária para definir a dimensão material e para a melhor compreensão da trajetória histórica, arquitetônica, artística e política desses Jardins. Para que efetivamente sejam patrimonializados esses espaços verdes, valorizando-os como bens culturais já concebidos em seus tombamentos. E, para uma maior compreensão, no capítulo seguinte será feita uma análise relativa à interpretação e a uma possível musealização desses jardins, assim como serão sugeridas estratégias para sua exposição.

4 A INTERPRETAÇÃO MUSEAL DOS JARDINS HISTÓRICOS DO PALÁCIO PIRATINI

Este capítulo tem como objetivo abarcar o aporte teórico relativo aos conceitos que perpassaram esta investigação e dialogar com a possível interpretação museal dos Jardins Históricos do Palácio Piratini, a partir dos conceitos referentes aos monumentos e jardins históricos, por meio da análise de algumas Cartas Patrimoniais. Dentre elas, destacamos as de Atenas (1931), Veneza (1964), Florença (1981) e Juiz de Fora (2010).

A partir da Carta de Florença (1981), os jardins históricos passaram a ser reconhecidos como um patrimônio “[...] cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, conseqüentemente vivo, e como tal perecível e renovável [...] (ICOMOS, 2020b, doc. eletr.)”. Além dessas Cartas, os processos de tombamento do Palácio Piratini e outras compreensões sobre patrimônios culturais, nos auxiliaram para a interpretação do *espírito do lugar* dos Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Esses conceitos patrimoniais começaram com a valorização histórica e artística dos monumentos nacionais e internacionais. Posteriormente, os jardins históricos foram reconhecidos como monumentos vivos e considerados obras de arte arquitetônicas. Nesta pesquisa, procurei também aproximar os conceitos da área da Museologia com a musealidade dos jardins históricos e a musealização da natureza. Para contextualizar os temas relacionados à preservação dos jardins históricos, foi tecida uma linha do tempo com as principais orientações das Cartas citadas e alguns conceitos da cadeia integrada do processo de musealização.

Na Europa, entre o final do século XIX e início do século XX, iniciou-se o debate a respeito da conservação e restauração dos monumentos consagrados como bens patrimoniais. A partir da década de 1930, após a Primeira Guerra Mundial, devido à destruição de muitas cidades, foram realizados encontros internacionais com profissionais envolvidos em ações preservacionistas de diversos patrimônios. Um dos resultados desses encontros foi a elaboração das

Cartas Patrimoniais, que são documentos com recomendações sobre o consenso dos temas tratados naquele momento. Ao analisarmos essas Cartas é relevante contextualizarmos o período e o local desses debates para que possamos entender como se deu a ampliação do conceito de patrimônio e monumento ao longo do tempo. Nesse sentido, destacamos que:

[...] é importante ter em mente, sempre, que a Carta contém uma série de princípios-guia, ou diretrizes, o que é algo muito diferente de regras e de um receituário para a sua aplicação. Esses princípios devem ser reinterpretados, para cada particular de aplicação, em função das colocações gerais contidas na Carta e da discussão que a fundamenta, e não de maneira literal, restritiva e redutora (KÜHL, 2010, p.289).

As Cartas Patrimoniais Internacionais já mencionadas serviram como base para a elaboração das Cartas Nacionais que, por sua vez, debateram questões referentes à cultura de cada país e região. Isso porque algo que significa ser um bem cultural para um país ocidental, pode ser indiferente a um país oriental e, vice-versa. Os valores atribuídos a um monumento, objeto, lugares e costumes divergem entre diferentes sociedades. Até mesmo numa determinada cultura o que representa um grupo nem sempre é reconhecido por outros, visto que:

[...] nunca é demais reiterar também que o patrimônio é um modo de ser do real, e que nossa relação com o patrimônio se traduz por meio de um modo de apreensão do real - um modo específico de olhar a realidade (SCHEINER, 2009, p.50).

Em 1931, na cidade de Atenas, ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos. Nesse encontro foi elaborada a Carta de Atenas, documento inovador que serviu de base para outros documentos, dedicados à temática relativa à conservação de monumentos históricos e artísticos. O conceito de monumento estava associado, segundo Choay (2010, p.17), “[...] a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos,

sacrifícios, ritos ou crenças”. Uma das recomendações da Carta de Atenas é que: “[...] deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo (ICOMOS, 2020a, doc. eletr.)”. Nesta Carta, a natureza é complementar ao monumento edificado, sendo colocada num segundo plano em uma escala de valor patrimonial.

No Brasil, na década de 1930 foi criado o SPHAN, já mencionado anteriormente, como a entidade responsável pela política de preservação do patrimônio nacional. De acordo com Chuva (2009, p.173), “[...] o Estado se auto atribuiu o papel de agente de memória da nação, detentor da tutela do patrimônio histórico e artístico nacional - e também de sujeito da história”. O tombamento é uma ferramenta jurídica estatal que seleciona o que será mantido para as futuras gerações, porém muitas vezes não representa determinados grupos sociais e sua cultura.

Transcorridos mais de trinta anos do encontro em Atenas, em 1964 na cidade de Veneza ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos e, em 1965 surgiu o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Na ocasião da criação deste conselho foi reconhecida então a Carta de Veneza como a Carta Internacional para a Conservação e Restauração crítica de Monumentos e Sítios. Conforme Guillaume (2003, p.45), “[...] conservar é lutar contra o tempo. Procurar subtrair alguma coisa aos efeitos normais da destruição, da perda ou do esquecimento”. O primeiro artigo da Carta de Veneza define e expande o conceito de monumento histórico em relação à Carta de Atenas:

Art. 1º A noção de **monumento histórico** compreende a criação arquitetônica isolada, bem como **o sítio urbano e rural** que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 2020c, doc. eletr., grifo meu).

Após esse encontro, em 1981 na cidade de Florença, tendo como base a Carta de Veneza (1964), o ICOMOS e a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) se reuniram pela primeira vez para discutirem o conceito patrimonial dos Jardins Históricos, bem como as especificidades de sua conservação e preservação. A Carta de Florença (1981), como ficou conhecida, em seu terceiro artigo faz menção à Carta de Veneza (1964), apresentando o conceito de jardim histórico como um monumento, e, conseqüentemente:

Art. 3º Por ser um monumento, o jardim histórico deve ser salvaguardado, conforme o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como **monumento vivo**, sua salvaguarda requer regras específicas, que são objeto da presente carta. (ICOMOS, 2020d, doc. eletr., grifo meu).

Esta Carta foi um marco internacional para pensarmos sobre a conservação, preservação, manutenção, restauração, reconstituição e reconhecimento dos Jardins Históricos como bens culturais. Em 1986, o Palácio Piratini e seus acervos foram tombados pelo IPHAE devido ao valor do seu acervo histórico, arquitetônico e cultural. No trecho da solicitação desse tombamento consta a seguinte justificativa: “[...] que seja tombado o Palácio Piratini e seu acervo artístico e documental, além dos jardins e Galpão Gaúcho”. (RIO GRANDE DO SUL, 1986). Os Jardins do Palácio foram citados diretamente como um bem que deveria ser preservado para as futuras gerações, assim como seus bens móveis e suas edificações. Cabe salientar, que o tombamento do Galpão Crioulo ou Galpão Gaúcho, se deu após dezesseis anos de sua construção, elemento totalmente discordante da arquitetura do Palácio Piratini. Contudo, mesmo após os tombamentos, os Jardins do Palácio Piratini aguardam para serem restaurados ou repensados em sua totalidade. Em algumas situações é indicada a recuperação de certos elementos originais, como os materiais empregados em sua construção, o volume de sua vegetação e a contextualização histórica e artística de sua elaboração. Para se retomar essas constituições uma

possibilidade é a restauração, desde que sejam observados os seguintes aspectos:

[...] para representar uma operação legítima, não deverá presumir nem o tempo como reversível nem a abolição da história. A ação de restauro, ademais, e pela mesma exigência que impõe o respeito da complexa historicidade que compete à obra de arte, não se deverá colocar como secreta e quase fora do tempo, mas deverá ser pontuada como evento histórico tal como o é, pelo fato de ser ato humano e de se inserir no processo de transmissão da obra de arte para o futuro (BRANDI, 1963, p.61).

A valorização dos Jardins Históricos do Palácio Piratini como um bem patrimonial se faz necessária para que ele continue a existir, não basta constar somente nos pedidos de tombamento. Eles são parte da edificação do Palácio, porém, possuem especificidades próprias de conservação e manejo devido sua materialidade ser a natureza.

No Brasil, em 2010, na cidade de Juiz de Fora, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos no Brasil. Diversos profissionais, pesquisadores e estudantes, reuniram-se com o objetivo de debaterem assuntos referentes à gestão de jardins históricos e questões relativas a esses patrimônios em âmbito nacional. Tendo por base a Carta de Florença (1981) refletiram a respeito dos exemplos tratados nesse documento e, sobre a realidade dos jardins brasileiros. Desse encontro surgiu a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, também conhecida como a Carta de Juiz de Fora, citada anteriormente. Esta Carta definiu o que são jardins históricos brasileiros:

[...] os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, **jardins botânicos**, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e **jardins privados e jardins de tradição familiar**. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros (IPHAN, 2020b, doc. eletr., grifo meu).

Os jardins históricos são projetados a partir da intencionalidade de um autor, do contexto histórico e geográfico em que estão inseridos. Os valores atribuídos a eles se relacionam com sua autenticidade e estilo artístico, no entanto suas características vão mais além das representações físicas, uma vez que a compreensão do:

[...] “Espírito do Lugar” está vinculada à interação de componentes materiais e imateriais dos entornos naturais e/ ou construídos pelo ser humano. Se trata de um aspecto essencial já que, por sua mesma definição um “lugar” não é qualquer espaço, e sim um espaço caracterizado por sua singular identidade. (ICOMOS, 2020e, doc. eletr., tradução minha).

Esses lugares são únicos, refletem a época em que foram criados, desde o traçado de seus canteiros, as espécies utilizadas, os elementos tangíveis e intangíveis de sua concepção, portanto, “[...] el jardín es obra de arte + ciência + técnica. Pero lo natural no se agota em lo verde. Incluye también relaciones y significados que hacen a la esencia de lo humano” (BERJMAN, 2001, p.6). Por serem considerados obras de arte devem ser interpretados de acordo com o período de sua concepção, relacionando-os com o momento de nosso olhar para essa obra. É relevante avaliarmos o percurso transcorrido entre o momento de seu surgimento no passado, até o de nossa consciência no presente. A partir desse distanciamento, observamos quais são as marcas históricas desse trajeto temporal, visto que:

[...] a preservação dos jardins históricos não leva em consideração apenas valores culturais, mas também ambientais, encarando-os como ecossistemas equilibrados, embora artificiais, cujos elementos e equilíbrio devem ser igualmente preservados. Mais importante do que devolver feições já perdidas do projeto original à custa de elementos vivos é reconhecer a preponderância de valores naturais em relação a elementos culturais já perdidos (DELPHIM, 2005, p.96).

Para além das alterações físicas desses jardins, isto é, inserções de mobiliário, fontes, esculturas, novos canteiros, temos também que considerar que a natureza é dinâmica, e que a vida se renova a cada ciclo. Ela nos ensina com suas fases, como no momento de desabrochar de uma flor, com os pássaros que escolhem os galhos das árvores para fazerem seus ninhos na primavera, a queda das folhas no outono e a finitude de uma planta:

Mesmo que os jardins sejam obras constituídas com elementos vivos e passageiros, portanto mortais, devem ser concebidos para tempos perenes. A substância dos jardins é a vida. A grandeza do ser humano é não se conformar que a vida não seja eterna. (DELPHIM, 2021, p. 33).

Com o passar do tempo, por diferentes razões muitos desses lugares sofrem alterações em suas estruturas, suas áreas são subtraídas para fins diversos, enquanto outros se degradam pela falta de manutenção e valorização. É o caso dos Jardins Históricos do Palácio Piratini que ainda são reduzidos por diferentes entendimentos sobre suas áreas livres e não possuem manejo adequado. Os Jardins de Maurice Gras foram sendo construídos a cada gestão do governo do Estado do RS, por pessoas que ali estavam interessadas por esses lugares, sem orientação específica sobre esse patrimônio. A primeira-dama Neusa Triches na década de 1970, os jardineiros e tantos outros anônimos estiveram envolvidos em suas diferentes etapas. Esses sujeitos que interviram empiricamente nesses Jardins foram fundamentais para sua continuidade, independente do projeto original.

Os Jardins do Palácio Piratini possuem semelhanças com os jardins botânicos que são lugares de aprendizagem e educação, que coletam, documentam e expõem as diferentes e múltiplas espécies vegetais. Ambos são jardins históricos que apresentam narrativas expográficas por meio do desenho de seus canteiros, dos elementos minerais e decorativos, das esculturas, estanques, coretos, mobiliário, volume e massa do conjunto de vegetais. Sendo

considerados bens patrimoniais e passíveis dos processos de musealização⁴⁴, destacamos que:

Nestas áreas naturais, tais processos se configuram quando se implantam ações não apenas restritas à comunicação, mas também de preservação e conversação, pesquisa, documentação e visitação. Ao aproximar as expectativas e práticas de conservação dos sítios naturais às de preservação do patrimônio cultural, todos esses territórios da natureza podem ser entendidos como **museus**. (NARLOCH; MACHADO; SCHEINER, 2019, p. 984, grifo meu).

Nesses territórios da natureza seus acervos possuem potencial de musealização *in situ*, configurando-se como espaços para práticas museais de acordo com os processos descritos na citação acima. Os jardins históricos podem ser compreendidos concomitantemente como instituição museal aberta ao público e ser um objeto museológico; no qual é admirado e valorizado pelos sujeitos em um cenário patrimonial "[...] à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir [...]" (RUSSIO, 2010, p. 127)".

As ações que os Jardins Históricos do Palácio Piratini vêm sofrendo ao longo dos anos não estão colaborando para sua perpetuação. No início deste trabalho, uma justificativa para sua realização foi a de dissertar sobre a importância desses Jardins como um bem cultural, visando a sua efetiva patrimonialização. Contudo, ao avançar nessa pesquisa percebemos que o ato de patrimonializar algo ou um lugar, refere-se ao conceito de preservação e, a musealização remete-nos a uma ação mais envolvida com a pesquisa e a comunicação desse bem patrimonial. A partir dessas concepções, pode-se afirmar que um jardim histórico é uma obra de arte arquitetônica, um monumento histórico e artístico, documento vivo, passível de ser musealizado e portador de musealidade, uma vez que:

[...] é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com

⁴⁴ De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. Disponível em: [Conceitos-Chave de Museologia by ICOM Portugal - Issuu](#). Acesso em: 30.04.2022.

os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como 'Museu' poderá também mudar, no tempo e no espaço [...] (SCHEINER, 2012, p.18).

Nesse sentido, a musealidade⁴⁵ dos jardins históricos está vinculada aos significados outorgados a esses lugares, sua relevância enquanto testemunho em uma determinada sociedade. Esses valores podem ser alterados de acordo com os conceitos patrimoniais que vão sendo reinterpretados por culturas distintas com o passar do tempo. Da mesma forma que as definições relativas a monumentos e jardins históricos vêm sendo debatidas pelos pesquisadores dessas áreas, teóricos da Museologia a partir da década de 1970 também discutiram conceitos da área museológica como o de musealidade, musealização, o papel social dos museus, o objeto de estudo da museologia, entre outros.

No início dessas discussões Stransky⁴⁶, em meados dos anos de 1970, apontou a musealidade como a qualidade imaterial, o valor atribuído para ser uma obra de arte ou algo excepcional. Já a musealização segundo (MAIRESSE, 2011, apud SOARES, 2018, p. 197) “[...] em seu sentido mais tradicional, implica necessariamente no conjunto de atividades do museu: preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), pesquisa (com fins de catalogação) e comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.)”.

A musealização é um processo que se inicia quando há uma intenção de reconhecer objetos, rituais, saberes, fazeres ou locais como um bem cultural, que devido às suas qualidades, isso é, a sua musealidade deverá passar para o *status*

⁴⁵ [...] musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. Disponível em: [Conceitos-Chave de Museologia by ICOM Portugal - Issuu](#). Acesso em 30.04.2022.

⁴⁶Zbyněk Zbyslav Stránský (1926-2016), museólogo tcheco, considerado o “pai da museologia científica”. Entre os anos 1960 e 1970, foi responsável por uma das primeiras tentativas de estruturação de uma base teórica para a museologia, quando dirigia o Departamento de Museologia do Museu da Morávia, em Brno. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zbyn%C4%9Bk_Zbyslav_Str%C3%A1nsk%C3%BD. Acesso em: 30.04.2022.

de museália, que é um objeto de museu⁴⁷, não necessariamente no museu. A musealização se define como as ações que deverão suceder após a escolha da museália, como ela será preservada, documentada, gerida e comunicada ao público.

Nesse sentido, o Palácio Piratini foi selecionado pelo IPHAE e IPHAN devido às suas musealidades, ao valor histórico, artístico e documental. Após seus tombamentos, o Palácio Piratini passou a ser preservado, conservado, pesquisado e exposto como um patrimônio cultural, porém seus Jardins Históricos não estão sendo tratados com um dos acervos da instituição. Eles poderiam ser catalogados, pesquisados *in situ* e expostos ao público. Diferentemente dos jardins, as museálias, ou seja, os objetos de museus que estão inseridos em uma coleção nos museus “[...] são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituem (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p.57)”. Já os jardins são documentos interpretados a partir do eco-contexto (RUSSIO, 2010) em que fazem parte, encenam realidades sazonais de acordo com seus ciclos, dialogando com a geografia, clima e cultura em que estão inseridos. A partir da musealidade dos jardins históricos, a musealização da natureza é voltada às especificidades da área já que sua substância é efêmera.

Os conceitos de patrimônio e monumento, assim como de objetos musealizáveis, continuam em discussão. A própria definição de museu não está fechada, e cada vez mais as práticas museológicas acontecem fora do museu tradicional. Cada jardim possui uma história e muitas memórias que poderão ser interpretadas e registradas através dos processos museais de documentação, pesquisa e comunicação. Assim como acervos materiais e imateriais são selecionados para comporem as coleções dos museus, isto é, são musealizados por representarem uma comunidade, um fato histórico, uma obra de arte de um artista renomado, os Jardins Históricos do Palácio Piratini foram mencionados como um bem a ser salvaguardado, nos seus pedidos de tombamento.

⁴⁷ O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração. Disponível em: [Conceitos-Chave de Museologia by ICOM Portugal - Issuu](#). Acesso em: 29.04.2022.

Embora estejam sob proteção do Estado, foram escolhidos entre outros para serem preservados, assim como os objetos museológicos conservados em reservas técnicas e/ ou em exposição. Quando um objeto passa a fazer parte de um museu, ele se torna um objeto musealizado, é catalogado e descrito de acordo com sua materialidade. Se faz necessário registrar o contexto desse objeto, a quem pertenceu, qual era sua função, em que época foi elaborado, se foi restaurado, como ocorreu sua doação, enfim, suas características extrínsecas e intrínsecas. E, em sequência, esse processo de preservação do objeto deve ser publicizado por meio de exposições físicas, virtuais, artigos científicos e em redes sociais.

Um jardim histórico pode aproximar-se do conceito de museu, na condição de ser um museu a céu aberto, e suas coleções poderiam ser os traçados dos canteiros, as espécies vegetais, os elementos decorativos, seu aspecto e estrutura serem catalogados, pesquisados e posteriormente apresentados para o público.

Os Jardins Históricos do Palácio Piratini, por fazerem parte de um prédio público, possuem potencial de visitação, assim como “[...] o objeto de museu é feito para ser mostrado, com toda a variedade de conotações que lhe são intrinsecamente associadas, uma vez que podemos mostrar para emocionar, distrair ou instruir (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p.69)”.

No Palácio Piratini, desde a década de 1970 são realizadas visitas mediadas por estagiários e alguns servidores do Estado na ala governamental, e, em algumas ocasiões, ocorrem mediações que se estendem até a ala residencial. Além desses espaços, os visitantes têm acesso ao subsolo do Palácio Piratini, em que se localiza o Memorial da Legalidade, construído em 2011, em comemoração aos 50 anos da Campanha da Legalidade, movimento que foi citado no capítulo introdutório. Nesse local em 1961 foi instalada uma estação de rádio onde o ex-governador Leonel Brizola se comunicava com a população para assegurar que a democracia no Brasil não fosse corrompida. Ressalto a relevância de contar os episódios históricos que aconteceram no Palácio Piratini, assim como sua

construção e a formação de seus acervos, que são bens culturais públicos pouco divulgados aos visitantes e contribuintes do Estado do RS. Compreendo que:

[...] a participação no processo de (re)significação cultural é um pleno direito à cidadania, entendimento que situa o público como agente, ator, sujeito participante e criativo do processo de comunicação no museu e indivíduo exercendo a cidadania. (CURY, 2006, p.15).

Em 2011, na ação educativa já mencionada anteriormente, os Jardins do Palácio Piratini faziam parte do percurso que levava o público até o último patamar do Palácio, onde estava a horta orgânica que era o enfoque dessa visita, contudo, poucas informações eram dadas sobre eles. Durante os anos de 2011 até 2014, o Setor de Gestão Ambiental do Palácio Piratini participou do evento chamado *Viva o centro a pé*, projeto promovido pela Coordenação da Memória Cultural (CMC) e da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de Porto Alegre. Este projeto possuía diferentes itinerários de visita a pé no centro histórico da cidade de Porto Alegre. Alguns roteiros passavam por igrejas, visitavam as instituições públicas ao redor da Praça da Matriz e outros locais emblemáticos que são considerados patrimônios culturais da cidade. Em um desses projetos os participantes conheciam o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública do Estado do RS, o Teatro São Pedro e o Solar dos Câmara. Essa última edificação foi tombada pelo IPHAN em 1963 e se situa a poucos metros do Palácio Piratini. O Solar dos Câmara possui um jardim histórico que foi restaurado por uma equipe multidisciplinar que estava sob a orientação do engenheiro-arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphin. Para tanto, foi realizado um “[...] levantamento arqueológico, edáfico (análises relativas à correção do solo), florístico, fitossanitário, faunístico, fotográfico, topográfico e histórico, incluindo peças ornamentais e elementos construídos” (DELPHIN, 2009, 122).

Figura 86
Jardins do Solar dos Câmara



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Devido à especificidade de um jardim histórico, é necessário ter em sua equipe profissionais de diferentes áreas que possuam diversas experiências e conhecimentos sobre o tema. Cada jardim é único e a soma de conhecimentos distintos, caso venha a ser restaurado, será o melhor caminho a seguir. Portanto:

[...] esto significa que, **de la misma forma que para conocer el jardín que se quiere restaurar hay que saber de jardines, para restaurar el jardín hay que saber de restauración de jardines**. La restauración es ya una cultura y no puede someterse la de un jardín histórico a decisiones tomadas sin estar en conocimiento de las formas de funcionar y pensar en ese tipo de actividad. El carácter pionero que tiene la restauración de jardines no excusa, sino que aumenta, la necesidad de que los responsables de una restauración tengan los elementos teóricos, los criterios y herramientas, necesarios para abordarla (ROJO, PORCEL, 1999, p.144, grifo do autor).

Há no Solar dos Câmara uma visita mediada para o público na qual seus jardins são ressaltados, para além da arquitetura de seu prédio e da contextualização histórica de sua construção.

Figura 87
Solar dos Câmara



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os jardins históricos do Palácio Piratini poderiam também ser pensados como lugares de contemplação, visitados nas diferentes estações do ano. Cada um dos patamares poderia ser interpretado como cinco exposições temporárias, que poderiam ter mediações diurnas e noturnas. Ressalto, que:

[...] a mediação busca, de certo modo, favorecer o compartilhamento de experiências vividas entre os visitantes na sociabilidade da visita, e o aparecimento de referências comuns. Trata-se, então, de uma estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza as técnicas diversas em torno das coleções expostas [...] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p.52).

O material pedagógico de uma futura ação educativa poderia ser desenvolvido em parceria com outras instituições, como o Jardim Botânico de Porto Alegre, universidades, órgãos públicos que trabalhem com o meio ambiente, estudantes e profissionais que tenham interesse na preservação e divulgação desse patrimônio. A visita aos Jardins poderia começar na rua Duque de Caxias, no primeiro patamar em frente ao portão de entrada, entre o Palácio Piratini e o Memorial da Assembleia Legislativa. O público desceria para os patamares com os mediadores descrevendo a vegetação de cada um deles, suas esculturas e narrariam as histórias sobre episódios relevantes da história do Estado do RS. A mediação encerraria na Praça Padre Gregório Nadal, onde os visitantes sairiam pelo portão que está na rua Fernando Machado. O trajeto

proposto teria que ser planejado, pensando na segurança do local, visto que, atualmente é moradia do Governador do Estado do RS. O acesso aos Jardins do Palácio Piratini só é possível através de suas escadas, não há outra forma neste momento. Isso faz com que seja necessário pensar em como contemplar todo o tipo de necessidade especial do público, seja física ou cognitiva.

As estratégias museais para comunicar esses Jardins, poderiam ser apresentadas da seguinte forma: Para o público interno, isto é, funcionários públicos e funcionários comissionados do governo em gestão, eles fariam uma visita guiada ao Palácio Piratini e seus Jardins pela equipe que realiza a mediação nesta instituição.

Poderia ter um material impresso e/ou digital para ser entregue a cada trabalhador ao ser lotado no Palácio Piratini, em sua chegada teriam acesso aos dados históricos e museológicos a respeito do local que irão exercer suas funções.

Aumentar o número das placas com os nomes científicos e populares que estão junto aos arbustos e árvores ao longo dos cinco patamares dos Jardins Históricos do Palácio Piratini. Em frente as esculturas dispostas no Jardim, instalar painéis explicativos, com o nome do autor, ano, material utilizado, breve histórico da imagem e algumas informações sobre o período que foi instalado no Palácio Piratini. Dessa maneira, ao se deslocarem para exercerem suas funções, os funcionários poderão apreciar e conhecer mais sobre a história da sede executiva do governo do Estado do RS.

Para o público externo, a Secretaria de Cultura ou outros órgãos do governo do Estado e do município poderiam divulgar como um local turístico o Palácio Piratini e seus Jardins. Essas informações poderiam estar dispostas em seus sites institucionais, assim como estimular a população da cidade através de propaganda em *outdoors*, rádio e televisão sobre esse atrativo cultural pouco conhecido dos cidadãos.

Estabelecer parceria com as universidades nacionais e internacionais no intuito de desenvolver pesquisas relacionadas a diferentes áreas científicas passíveis de serem abordadas.

A cada novo governante do Estado do RS, deveria ser informado pelas equipes que compõe a administração do atual governo que o local é tombado pela esfera Federal e Estadual e, que somente com a autorização dessas instituições,

IPHAN e IPHAE, mudanças significativas poderão ocorrer. Alterações que vão além da parte edificada do Palácio Piratini, que fazem parte das especificidades dos seus Jardins Históricos como a escolha das espécies vegetais e toda a manutenção desses espaços.

Outra estratégia museal é deixar uma cópia dessa pesquisa sobre os Jardins Históricos do Palácio Piratini, no IPHAN, IPHAE e na biblioteca da instituição. Assim como publicar um livro ou e-book sobre os Jardins Históricos do Palácio Piratini. Uma exposição presencial na entrada da Ala governamental poderia também ser realizada, tendo o objetivo de difundir esses lugares.

Contudo, a possibilidade de o público conhecer esses Jardins (figura 88), desfrutar desse patrimônio público, mesmo que de início seja de forma limitada, poderá no futuro ser aperfeiçoada e repensada.

Figura 88
Orquídeas nos Jardins do Palácio Piratini



Fonte: Acervo Pessoal, 2020

A relevância desses espaços verdes e com potencial museológico na conjuntura atual, vai além das questões patrimoniais, pois se refere ao respeito à natureza e ao homem, que é parte dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi valorizar os Jardins Históricos do Palácio Piratini como um patrimônio público tombado pelas esferas nacional e estadual, e que necessita de constante manutenção para sua efetiva preservação. É um trabalho teórico, porém aponta para a realização de um levantamento completo sobre os Jardins do Palácio Piratini, como um cadastro arquitetônico, topográfico e botânico.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi descrever as aproximações e distanciamentos dos atuais Jardins Históricos do Palácio Piratini com o seu projeto original. No segundo capítulo, foi contextualizada a construção do Palácio Piratini e seus Jardins juntamente com a cidade de Porto Alegre, para se conhecer a trajetória da instituição, de acordo com as gestões políticas do Estado do RS.

A partir dessa narrativa histórica, no capítulo seguinte foram descritas as características materiais atuais dos Jardins Históricos do Palácio Piratini. Foi realizada uma comparação com esses Jardins e os que foram projetados por Maurice Gras. Percebi que o projeto não foi totalmente implantado devido a fragmentação desses lugares, com a construção do Colégio Estadual Paula Soares, o Galpão Crioulo e o Atelier Oficina de Restauro; edificações que por diferentes razões foram erguidas na área destinada aos Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Esses Jardins estão desvanecendo, se dissipando a cada gestão governamental, já que nenhuma delas reconhece efetivamente o valor cultural e as implicações dos tombamentos citados, mantendo-os como um conjunto de meros canteiros decorativos ou como espaços sem nenhuma relevância. Pouco restou dos jardins franceses que Maurice Gras projetou. Contudo, eles foram crescendo, se desenvolvendo com poucas podas ou planejamento, de modo que a natureza não se moldou totalmente ao desejo do homem. Um espaço vazio num jardim, com uma área gramada ou canteiros simétricos, tem como propósito trazer impressões distintas em seus visitantes, sejam elas de liberdade, de expansão de horizonte ou de desafios a percorrer através dos caminhos delimitados por um labirinto.

Outro objetivo específico foi o de analisar os conceitos atribuídos à categoria patrimonial relativa aos jardins históricos. No capítulo 4 intitulado A

interpretação museal dos Jardins Históricos do Palácio Piratini, foi realizada uma análise das definições de patrimônio cultural que ultrapassaram conceitos de bens edificados. Nele, destaquei que os jardins históricos são reconhecidos como monumentos vivos, portanto como patrimônio e devem ser amparados legalmente por órgãos de proteção do patrimônio cultural. Destaco a necessidade de registrar as intervenções que ocorreram ao longo dos anos e ainda a necessidade de realizar um plano de gestão integral do espaço físico do Palácio e seus Jardins. Também sugeri, por meio dos conceitos de musealidade, museália e musealização a importância de uma possível abertura desses jardins para serem expostos ao público, uma vez que definidos como obras de arte, além de serem um objeto de pesquisa científica relevante para diferentes áreas. Os Jardins Históricos podem ser considerados acervos museológicos, catalogados, pesquisados e comunicados para o público.

A percepção sobre a velocidade do tempo nesses espaços às vezes é sentida num ritmo mais lento do que nas ruas. Essa desaceleração nos permite ouvir o canto das aves que percorrem o ar, o aroma distinto de muitas flores, as diferentes texturas dos troncos das árvores. Nossos sentidos podem ser percebidos como elementos indissociáveis da compreensão de nossa existência.

A cada estação do ano os jardins se transformam, mudam suas cores, crescem, florescem, trocam os ciclos e a vida volta a surgir novamente. Porém até quando eles permanecerão existindo na sede executiva do governo do Estado do RS? Os Jardins Históricos do Palácio Piratini não são difundidos e usufruídos pela população. Ao invés de serem preservados e abertos com as devidas limitações decorrentes do uso institucional do Palácio para a comunidade como um patrimônio público, estão sendo apagados ao longo de mais de um século de sua existência. Deveriam estar sendo geridos por profissionais relacionados à preservação desse tipo de bem cultural. Entretanto, são realocados a cada novo governo em departamentos que não possuem equipe qualificada, pondo em risco a sua existência.

É fundamental para a preservação desses Jardins que seja elaborado e implementado um plano de manejo com critérios voltados a uma visita pública planejada. Que haja uma equipe com profissionais de áreas diferentes, porém

complementares entre si, para direcionarem as ações desses espaços de cultura e memória. Contudo, além das diretrizes técnicas, é relevante destacar o papel dos jardineiros nesse cenário patrimonial, para a conservação dos Jardins Históricos do Palácio Piratini.

Assim, esta pesquisa teve a intenção de valorizar os Jardins Históricos do Palácio Piratini por meio das definições culturais apresentadas pelas Cartas Patrimoniais, bem como contribuir com sua preservação e difusão por meio dos conceitos da área museológica. Zelar por um bem cultural que pode proporcionar diferentes conhecimentos a partir de pesquisas científicas e, disponibilizar essas informações para a sociedade, deveria ser uma prerrogativa dos governos federal, estadual e municipal.

No final de 2022 ocorrerão novas eleições para o governo do Estado do RS. O novo governante trará sua equipe para trabalhar no Palácio Piratini. A que setor ficarão vinculados os Jardins nessa mudança governamental? Quem serão os profissionais que estarão à frente desse patrimônio? Alguma área será subtraída novamente por um novo projeto? Eles serão restaurados e haverá um programa de conservação?

Anseio que eles sobrevivam, que sejam realmente tratados como um patrimônio, um acervo que deveria ser salvaguardado pela relevância de seu testemunho cultural. A valorização do meio ambiente enquanto patrimônio cultural é fundamental para que ele seja preservado para a atual e futuras gerações. Que sejam acessíveis ao público, um atrativo turístico, um lugar para ser apreciado e usufruído. Almejo que novas leituras aconteçam a partir de uma possível abertura para todos os cidadãos. E, desse modo, sentirei que contribuí para a sua preservação, e esta dissertação encontrará sua razão de ter sido escrita.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre: história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfólio, 2004. 264p.
- ANDRADE, Inês El-Jack. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico**. 2009. 284 p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23032010-100442/pt-br.php>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- BERJMAN, Sonia. **El paisaje y el patrimonio**. 2001. Disponível em: https://www.icomos.org/publications/jardines_historicos_buenos_aires_2001/conferencia1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.
- BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Os espaços de poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo**. 1990. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 1963, 262 p.
- CABRAL, Gilberto Flores. **Praça, palácio, cidade: uma unidade desde as origens**. In: LICHT, Flavia Boni (org.) *et al.* Palácio Piratini 85 anos: patrimônio da arquitetura, cenário de história e política. Patrimônio da arquitetura, cenário de história e política. 2. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2008. p. 41-51.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. **Da essência do Jardim Português**. 1995. 566 p. Teses (Arquitetura) - Universidade de Évora, Évora, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11178>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 196p.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2010. 306p.
- CHUVA, Marcia R. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CORONA, Fernando. **Palácios do Governo do Rio Grande do Sul: Levantamento histórico de projetos, construção, obras de arte e seus autores dos Palácios do Governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1973. 44p.
- CRUZ, Glenda. Patrimônio: porto alegre ganhará novo centro cultural em 2012. **Sul 21**. Porto Alegre, 04 set. 2011. p. 1-1. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/2011/09/patrimonio-historico-porto-alegre-ganhara-novo-centro-cultural-em-2012/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CURY, Marília Xavier. **Exposição:** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006, p.160.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de intervenções em jardins históricos.** Brasília: IPHAN, 2005. 152p.

____. **Paisagens do Sul:** Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL: IPHAN- IPHAE, 2009. 144p.

____. **Três dimensões do jardim.** Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2002. 61 p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Florianópolis: FCC, 2014. 98 p. Bruno Brulon Soares e Marília Cury Xavier.

DURÁN, Luísa Gertrudis Rocca. **Açorianos no RS:** antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. 2009. 657 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Arquitetura, Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17918/000726395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2021.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Palácio Piratini.** Porto Alegre: Administração Amaral de Souza, 1983. [n.p.].

____. **Palácio Piratini.** Porto Alegre: IEL, 1980. 43p.

FRANCO, Sergio da Costa. **Palácio Piratini:** cenário de história: cenário de história. In: LICHT, Flavia Boni (org.) *et al.* Palácio Piratini 85 anos: patrimônio da arquitetura, cenário de história e política. Patrimônio da arquitetura, cenário de história e política. 2. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2008. p. 33-39.

____. Porto Alegre: guia histórico. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 444 p.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A elaboração dos princípios teórico-metodológicos e as abordagens sociopolíticas e culturais. Sistema da Museologia (1983). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado e Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.127-136.

GUILLAUME, Marc. **A política do patrimônio.** Porto: Campo das Letras, 2003. 150p.

ICOM. **Definição:** Museu. 20015. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>. Acesso em: 18 set. 2020.

ICOMOS. **Carta de Atenas.** Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>. Acesso em: 01 fev.2020a.

____. **Carta de Florença.** Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Florenca_1981.pdf>. Acesso em: 08 jun.2020c.

____. **Carta de Veneza.** Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 09 jun.2019b.

____. **Declaração de Quebec:** sobre a preservação do spiritu loci. sobre a preservação do Spiritu loci. 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021d.

IPHAN. **Bens tombados:** lista dos bens tombados e processos em andamento (1938-2019). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 13 maio 2020a.

IPHAN. **Carta dos jardins históricos brasileiros:** Carta de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2510>>. Acesso em: 04 fev. 2020b.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [s.i.], v. 18, n. 2, p.287-320, dez. 2010. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-47142010000200008>.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. **Plantas ornamentais do Brasil:** arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 3. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2001. 1088 p.

MAGALHAES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias ...:** um estudo sobre a inspetoria de monumentos nacionais (1934-1937). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 152 p. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-17066/colecionando-reliquiasum-estudo-sobre-a-inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>. Acesso em: 01 dez. 2021.

NARLOCH, Charles; MACHADO, Deusana Maria da Costa; SCHEINER, Teresa. **Musealização da natureza e branding parks:** espetacularização, mitificação ou sustentabilidade? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, [s.i.], v. 14, n. 3, p.981-1002, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300015>.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2012. 69 p.

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA: **Educação Ambiental e Patrimonial no Palácio Piratini.** Porto Alegre: CORAG, 2012. 38p.

REKER, Moirika. O Jardim como ideia de contemplação e espaço público, in Filosofia & Atualidade: Problemas, Métodos, Linguagens. Jornadas Filosóficas Internacionais de Lisboa. Lisboa: Editora Filipa Afonso, 2015. 213–226. Lisboa: ECFULeditions.

RIO GRANDE DO SUL, Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do. **Processo de tombamento do Palácio Piratini**. 1986. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1IK54tNHL2lg5At_CFCgahWU_esGxPoHt/view. Acesso em: 13 set. 2021.

_____. Secretaria das Obras Públicas. **Relatório da Secretaria das Obras Públicas**, em 27 de agosto de 1909. [Porto Alegre], 1909. [n.p.]. Cópia.

ROJO, J. Tito; PORCEL, M. Csares. Especificidad y dificultades de la restauración en jardinería. **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico: Dossiers - Andalucía, una realidad multicultural Jardines Históricos**, Sevilla, v. 27, p. 1-227, 01 jun. 1999. Trimestral.

SCHEINER, Teresa Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>.

_____. **Museologia ou Patrimonialogia: reflexões**. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins: MAST - Colloquia 11**. Rio de Janeiro: Mast, 2009. Cap. 3. p. 43-60. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

SILVA, Daniela do Amaral da. **O jardim como patrimônio verde: os jardins do Palácio Piratini e seu processo de tombamento**. 2014. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOARES, Bruno C. Brulon. **Quando o Museu abre portas e janelas: O reencontro com o humano no Museu Contemporâneo**. 2008. 163 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Passagens da Museologia: a musealização como caminho**. *Museologia e Patrimônio*, v. 11, ed. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/0>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967. 320 p.

WEIMER, Günter. **A vida Cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 323 p.








_____. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no Império**. Santa Maria: ED. Da UFSM, 2006. 216p.








APÊNDICE A






Tabela da vegetação observada durante as visitas ao Palácio Piratini

PLANTA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	FAMÍLIA	ORIGEM	LOCALIZAÇÃO DE PLANTIO	PERÍODO QUE FOI OBSERVADA	IMAGEM
Magnolia	<i>Magnolia grandiflora</i>	Magnolia	Magnoliaceae	Ásia Tropical	Primeiro Patamar	2013, 2021	
Grama-preta	<i>Ophiopogon</i>	Grama-preta, Grama-japonesa, Pelo-de-urso	Asparagaceae	Ásia, China, Japão	Primeiro e segundo Patamar	2013, 2019, 2020	
Grama Esmeralda	<i>Zysia japônica</i>	Grama - esmeralda	Poaceae	Ásia, China e Japão	Primeiro Patamar	2019	
Clorofito	<i>Chlorophytum comosum</i>	Clorofito, gravatinha	Asparagaceae	África, África do Sul	Primeiro e segundo Patamar	2013, 2019	
Azaleia	<i>Rhododendron simsii</i>	Azaleia	Ericaceae	Ásia, China	Primeiro e segundo Patamar	2013, 2019	
Ficus	<i>Ficus benjamina</i>	Ficus, Fico, Fico-chorão	Moraceae	Ásia	Primeiro Patamar	2013	

Maria-sem-vergonha	<i>Impatiens walleriana</i>	Maria-sem-vergonha, beijo-turco	Balsaminaceae	África	Primeiro Patamar	2013	
Buxinho	<i>Buxus sempervirens</i>	Buxinho, árvore-da-caixa, buxo	Buxaceae	Ásia, Europa, Mediterrâneo	Primeiro Patamar	2019	
Alegria-dos-jardins	<i>Salvia splendens</i>	Alegria-dos-jardins, sálvia, sangue-de-adão	Lamiaceae	América do Sul, Brasil	Primeiro Patamar	2019	
Pingo-de-ouro	<i>Duranta repens aurea</i>	Pingo-de-ouro, duranta, violeteira	Verbenaceae	Brasil	Primeiro Patamar	2019	
Agapantos azulados	<i>Agapanthus africanus</i>	Agapanto	Agapanthaceae	África, África do Sul	Primeiro Patamar	2019	
Coração-de-Maria	<i>Iresine herbstii</i>	Coração-magoado, Coração-de-maria	Amaranthaceae	América do Sul	Primeiro Patamar	2019	
Cravo	<i>Dianthus caryophyllus</i>	Cravo	Caryophyllaceae	Europa	Primeiro Patamar	2012	

Amor-perfeito	<i>Viola x wittrockiana</i>	Amor-perfeito, violeta-borboleta	Violaceae	Ásia, Europa	Primeiro Patamar	2013	
Erica	<i>Cuphea hyssopifolia</i>	Érica, falsa-érica, cuféia	Lythraceae	América Central e México	Primeiro Patamar	2013	
Crótons	<i>Codiaeum variegatum</i>	Cróton	Euphorbiaceae	Indonésia, Malásia, Austrália	Primeiro Patamar	2012	
Flor de Mel	<i>Lobularia maritima</i>	Açafates-de-prata, Flor-de-mel	Brassicaceae	Europa, Mediterrâneo	Primeiro Patamar	2012	
Palmeira	<i>Chrysalidocarpus lutescens</i>	Palmeira	Palmaceae	África, Madagascar	Primeiro, segundo e quarto Patamar	2013	
Cipreste	<i>Cupressus sempervirens</i>	Cipreste	Crupressaceae	Europa, Ásia, América do Norte	Segundo Patamar	2013, 2019, 2020	
Bromélia	<i>Alcantarea imperialis</i>	Bromélia imperial	Bromeliáceas	Brasil	Segundo Patamar	2012	

Cica	<i>Cycas revoluta</i>	Sagu de jardim	Cycadaceae	China e Japão	Segundo Patamar	2012	
Bananeira	<i>Musa</i>	Bananeira	Musaceae	Sudeste da Ásia	Segundo Patamar	2013	
Pinheiro	<i>Pinus</i>	Pinheiro	Pinaceae	Mediterrâneo oriental	Segundo Patamar	2013	
Pleomele	<i>Dracaena reflexa</i>	Pleomele, dracena-malaia	Asparagaceae	África, Madagascar	Segundo Patamar	2019	
Roseira	<i>Rosa grandiflora</i>	Rosa	Rosaceae	Oriente	Segundo Patamar	2013	
Guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu, Ficheira	Fabaceae	América do Sul	Terceiro Patamar	2020	
Jaboticabeira	<i>Myrciaria cauliflora</i>	Jaboticabeira	Myrtaceae	Brasil	Terceiro Patamar	2020	

Pernas-de-moça	Brachychiton populneum	Perna-de-Moça	Sterculiaceae	Austrália	Terceiro Patamar	2020	
Paineira	Ceiba speciosa	Paineira, Paineira-rosa, Árvore-de-lã	Bombacaceae	América do Sul, Argentina, Brasil	Terceiro Patamar	2020	
Cinamomo	Melia azedarach	Cinamomo, Árvore-santa	Meliaceae	Ásia, Austrália, China, Himalaia, Índia, Indonésia, Oceania	Terceiro Patamar	2020	
Ingá	Inga edulis	Ingá, Inga-de-beira-dorrio, Ingazeiro, Angá	Fabaceae	Brasil	Terceiro Patamar	2019	
Abacateiro	Persea gratissima	Abacateiro	Lauraceae	América Central	Terceiro Patamar	2019	
Cerejeira	Prunus serrulata	Cerejeira ornamental, branca, do Japão	Rosaceae	Ásia, Japão	Quinto Patamar	2012	